

Relatório e contas

2020



Relatório e Contas 2020

ÁGUAS DE PAÇOS DE FERREIRA

Índice

1.	CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA.....	3
1.1.	ESTRUTURA ACIONISTA.....	3
1.2.	ORGÃOS SOCIAIS.....	3
2.	Estrutura Orgânica da Sociedade.....	4
3.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL.....	4
3.1.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	4
3.2.	ENQUADRAMENTO SETORIAL.....	5
4.	INDICADORES GERAIS DE ATIVIDADE.....	6
4.1.	ÁREA TÉCNICA.....	7
4.2.	ATIVIDADE COMERCIAL.....	21
4.3.	ÁREA DA COMUNICAÇÃO.....	27
4.4.	AÇÕES RELEVANTES.....	35
5.	ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	38
5.1.	SITUAÇÃO ECONÓMICA.....	38
5.2.	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	38
5.3.	CUSTOS OPERACIONAIS.....	39
6.	RECURSOS HUMANOS.....	40
7.	INDICADORES ERSAR.....	41
8.	PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS.....	42
9.	MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	43
10.	AÇÕES E QUOTAS PRÓPRIAS.....	43
11.	CONTRATOS CELEBRADOS ENTRE A SOCIEDADE E SEUS ADMINISTRADORES.....	43
12.	DIVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL.....	43
13.	DIVIDAS EM MORA AO ESTADO.....	43
14.	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	43
15.	OBJECTIVOS PARA 2021.....	44
16.	PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
16.1.	PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	45
16.2.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
17.	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	46
18.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	47
18.1.	BALANÇO.....	47
18.2.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	48
18.3.	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	49
18.4.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	52
	52	
	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	53
18.5.	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	74
18.6.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	75
	Figura 1: Instalação de contadores.....	8
	Figura 2: Substituições de contadores em 2019-2020.....	8
	Figura 3: Outros Serviços 2019-2020.....	9
	Figura 4: Execução de ramais de água e saneamento.....	9
	Figura 5: Roturas registadas em 2019 e 2020.....	10
	Figura 6: Evolução de obstruções entre 2019 e 2020.....	10
	Figura 7: N.º de processos analisados e elementos base emitidos.....	11

Figura 8: Nº de pedidos de ligação à rede pública e conclusão de processos.....	11
Figura 9: Sistema de telegestão da Águas de Paços de Ferreira.....	12
Figura 10: Imagem SIG	13
Figura 11: Equipamento de deteção fugas na rede de abastecimento de água	13
Figura 12: Evolução dos volumes de água entrada no sistema, faturada e não faturada 2019-2020	14
Figura 13: Evolução da percentagem de água não faturada no período 2005-2020	16
Figura 14: Evolução do efluente tratado na ETAR de Arreigada entre 2005-2020.....	17
Figura 15: Localização dos medidores de caudal na rede de drenagem e respetivas bacias de drenagem.....	18
Figura 16: Coletor substituído no emissário IV	19
Figura 17: Tratamento do betão, fissuração e armações à vista no interior da célula.....	20
Figura 18: Interior da célula após tratamento	20
Figura 19: Vendas e Prestações de Serviços 2020	39



1. CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA

A empresa ADPF – Águas de Paços de Ferreira, S.A. foi constituída a 31 de março de 2004.

Em 30 de junho de 2004 foi celebrado o Contrato de Concessão de Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Paços de Ferreira, com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira (CMPF), por um período de 35 anos.

Em outubro de 2014, por força de uma reestruturação do Grupo Plainwater Serviços, SGPS, a sociedade adotou a denominação AdPF – Águas de Paços de Ferreira, SA.

A Águas de Paços de Ferreira tem como objeto a prossecução, em regime de concessão, da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Paços de Ferreira, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos, bem como outras atividades que venham a ser integradas no objeto da concessão, nos termos do contrato de concessão celebrado entre a sociedade e o Município de Paços de Ferreira.

Pretende-se que este Relatório de Gestão, de uma forma resumida, traduza as atividades desenvolvidas e performances financeiras realizadas e obtidas no ano de 2020, compilando assim uma série de dados e indicadores, que no seu conjunto reflitam a posição atual da empresa, nas suas várias vertentes.

1.1. ESTRUTURA ACIONISTA

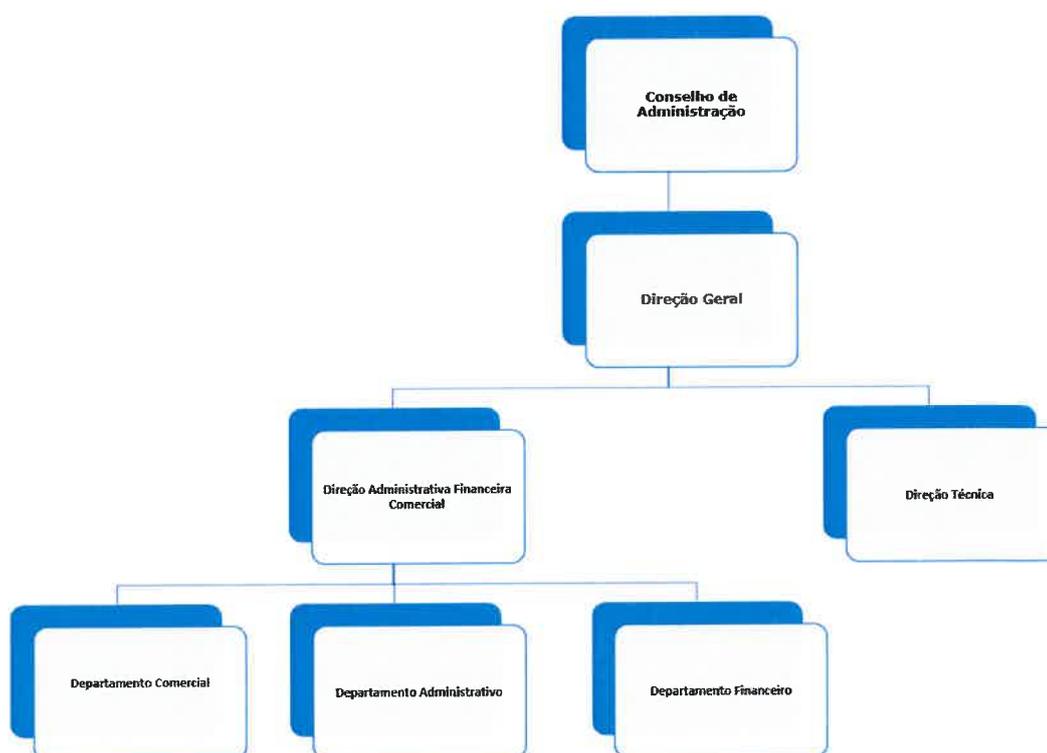
- Denominação Social:
AdPF - Águas de Paços de Ferreira, S.A.
- Sede Social:
Rua Dr. Leão Meireles, 94
4590-586 Paços de Ferreira
- Pessoa Coletiva:
506 883 078
- Capital Social e Prestações Suplementares:
Capital Social: € 1.002.000
Prestações Suplementares: € 3.147.991
- Inscrição na Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira:
N.º 2177
- Estrutura Acionista:
70% Plainwater Serviços, SGPS, SA.
30% Hidurbe – Gestão de Resíduos, S.A.

1.2. ORGÃOS SOCIAIS

- Mesa da Assembleia-Geral:
Presidente: António Manuel Silva Arribança
Secretária: Mariana Conde Madaleno Goulão

- Conselho de Administração:
Presidente: Luis Manuel Faria de Freitas Vasconcellos
Vogais: Pedro Miguel Assunção de Oliveira
Nuno Gonçalo Fonseca Corte da Silva Sampaio
Miguel Paulo Rangel Santos Henriques
- Fiscal Único:
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Representada por Pedro Miguel Borges Marques, ROC

2. Estrutura Orgânica da Sociedade



3. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

3.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em consequência do surgimento generalizado da pandemia Covid19 no 1.º Semestre de 2020, a taxa de crescimento da economia mundial caiu 9,4% relativamente ao período homólogo de 2019. No terceiro

trimestre, o PIB mundial cresceu acima do esperado (7,3% em cadeia). O ressurgimento do número de casos de COVID-19, em particular nas economias avançadas, conduziu à reintrodução de medidas de contenção, condicionando a atividade nos setores mais afetados e a confiança dos agentes económicos. O Fundo Monetário Internacional estima que, em 2020, o PIB mundial tenha caído para -3,5 % e a área económica do euro para -7,2%. As últimas previsões do Banco Mundial (jan21), apontam para uma queda do PIB mundial para -4,0 % e da Zona Euro para -7,4% em 2020. A recuperação do crescimento projetado para 2021, decorre do colapso severo em 2020.

Embora as recentes aprovações de vacinas tenham gerado esperanças de uma reviravolta na pandemia em 2021, as novas ondas e variantes do vírus representam preocupações para o panorama mundial. No meio destas incertezas, o FMI projeta que a economia global deva crescer 5,5% em 2021 e 4,2% em 2022. No último relatório do Banco Mundial, este projeta que a economia mundial cresça 4,0 % em 2021 (3,6% na zona Euro) e 3,8% em 2022. Esta recuperação, deverá variar significativamente entre os países, dependendo da capacidade das estruturas e o acesso dos cidadãos a sistemas de saúde, eficácia das medidas políticas e da exposição e das repercussões entre os países.

Tal como no resto do mundo, a pandemia Covid-19 afetou profundamente a atividade económica em 2020 em Portugal. O Banco de Portugal estima que a economia portuguesa tenha decrescido 8,1%, projetando um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023. Estas projeções assumem que as restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada até ao início de 2022. A atividade retomará o nível pré-pandemia no final de 2022.

Os atuais fatores de incerteza podem afetar significativamente as referidas projeções.

3.2. ENQUADRAMENTO SETORIAL

A qualidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento é um fator fundamental para o desenvolvimento socioeconómico. A água é um recurso escasso e estratégico pelo que deverá ser garantida uma elevada eficiência no seu uso. Em Portugal, a agricultura é o maior utilizador, consumindo 85% dos recursos captados, seguindo-se o abastecimento de água para consumo humano, com 10% e os restantes 5% destinam-se à indústria.

O setor “de águas” compreende as atividades de abastecimento de água às populações urbanas e rurais, serviços, comércio e indústria, assim como a drenagem e o tratamento de águas residuais urbanas de origem doméstica e industrial. Tradicionalmente, estas duas atividades são tratadas em conjunto (consideram-se indissociáveis) verificando-se, todavia, que a atividade de abastecimento de água apresenta níveis de atendimento superiores aos registados na atividade de saneamento de águas residuais.

Segundo a ERSAR, com base no último RASARP 2020 - Relatório Anual do Setor de Águas e Resíduos em Portugal (dados de 2019):

-O serviço de abastecimento público de água em Portugal Continental é praticamente universal, cobrindo 96% dos alojamentos existentes, cumprindo o objetivo nacional definido no PEAASAR II de 95%;

- A cobertura do serviço de drenagem de águas residuais e de tratamento de águas residuais é de 85%, não tendo sido alcançado ainda o objetivo estabelecido no PEAASAR II, ou seja, de dotar 90 % da população com redes de drenagem e com tratamento de águas residuais.

Apresenta-se, a seguir, a distribuição dos vários modelos de gestão dos sistemas municipais de abastecimento de água e saneamento (vertente “baixa”).

Modelo de gestão	N.º Entidades Gestoras	N.º Concelhos	Área (km2)	População (habitantes)
Concessionárias Multimunicipais	1	1	75	11.000
Concessionárias Municipais	27	32	7.252	1.899.000
Delegações estatais	1	1	100	553.000
Parceria Estado / Municípios	2	15	2.702	479.000
Empresas Municipais e Intermunicipais	23	28	8.954	1.788.000
Juntas de freguesia / Associações de utilizadores	48	7	918	24.000
Serviços Municipalizados ou intermunicipalizados	20	22	7.268	2.351.000
Serviços Municipais	185	186	62.797	2.982.000
TOTAL	307	292	90.065	10.087.000

Tabela 1 - Abastecimento de água

Fonte: ERSAR (RASARP 2020 – Vol.1)

Modelo de gestão	N.º Entidades Gestoras	N.º Concelhos	Área (km2)	População (habitantes)
Concessionárias municipais	23	23	6.031	1.657.000
Parceria Estado / Municípios	2	18	3.129	642.000
Empresas municipais e intermunicipais	23	28	9.027	1.791.000
Serviços municipalizados ou intermunicipalizados	19	21	6.553	2.311.000
Serviços municipais	190	190	64.606	3.664.000
TOTAL	257	280	89.347	10.065.000

Tabela 2 - Saneamento

Fonte: ERSAR (RASARP 2020 – Vol.1)

Pela análise das tabelas anteriores verifica-se que a presença de entidades privadas (Concessionárias Municipais) no tecido empresarial do subsetor “baixa” apresenta um elevado potencial de crescimento. De facto, a maior parte dos Municípios ainda faz a gestão direta das infraestruturas. À partida, a abertura do mercado a privados trará benefícios acrescidos na qualidade do serviço prestado aos clientes assim como um aumento considerável da eficiência na exploração das infraestruturas.

Por fim, salientamos ainda o contributo globalmente positivo da ERSAR pelo trabalho que tem desenvolvido (desde 1997), em conjunto com todos os intervenientes do setor, contribuindo decisivamente para a crescente melhoria dos serviços prestados.

A Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprovou os novos Estatutos da ERSAR veio, mais uma vez, reforçar os seus poderes (tornando-se uma entidade administrativa independente com poderes de autoridade, sancionatórios e regulamentares).

4. INDICADORES GERAIS DE ATIVIDADE

Apresentam-se de seguida a evolução dos principais indicadores de atividade:

li
o
T
h.

Indicadores	2020	2019 Reexpresso
Comercial		
Número de Clientes ligados – AA	18 384	17 966
Domésticos	15 174	14 810
Não Domésticos	3 210	3 156
Número de Clientes ligados – AR	17 806	17 366
Domésticos	15 419	14 993
Não Domésticos	2 387	2 373
Vol. de Água Facturada - m ³	1 813 286	1 672 039
Vol. de AR Facturada - m ³	1 757 224	1 615 862
Água não facturada - %	13,91%	15,80%
Técnica		
Vol. Água Adquirida - m ³	2 106 214	1 985 765
Vol. Efluentes Tratados - m ³	3 619 496	3 619 496
Água Residual não facturada - %	51,45%	55,36%
Comp. da rede de AA em Expl.- km	448	447
Comp. da rede de AR em Expl.- km	405	405
Reservatórios – n.º	20	20
Vol. total de reservatórios - m ³	23 750	23 750
Estações Elevatórias AA	10	10
Estações Elevatórias AR	27	27
ETAR	1	1
Financeira		
Activo	85 700 274	85 549 945
Capital Próprio	16 217 795	15 840 754
Capital Realizado	1 002 000	1 002 000
Passivo Remunerado	16 341 118	16 137 537

AA – Abastecimento de Água; AR – Águas Residuais

4.1. ÁREA TÉCNICA

4.1.1. SECTOR DE EXPLORAÇÃO

Indicadores de serviço prestado diretamente ao cliente

No gráfico seguinte apresenta-se o número de contadores instalados mensalmente em 2019 e 2020. Em 2020 foram instalados 851 contadores, o que representa uma diminuição de aproximadamente 12% face ao ano anterior (em 2019 foram instalados 952 contadores).

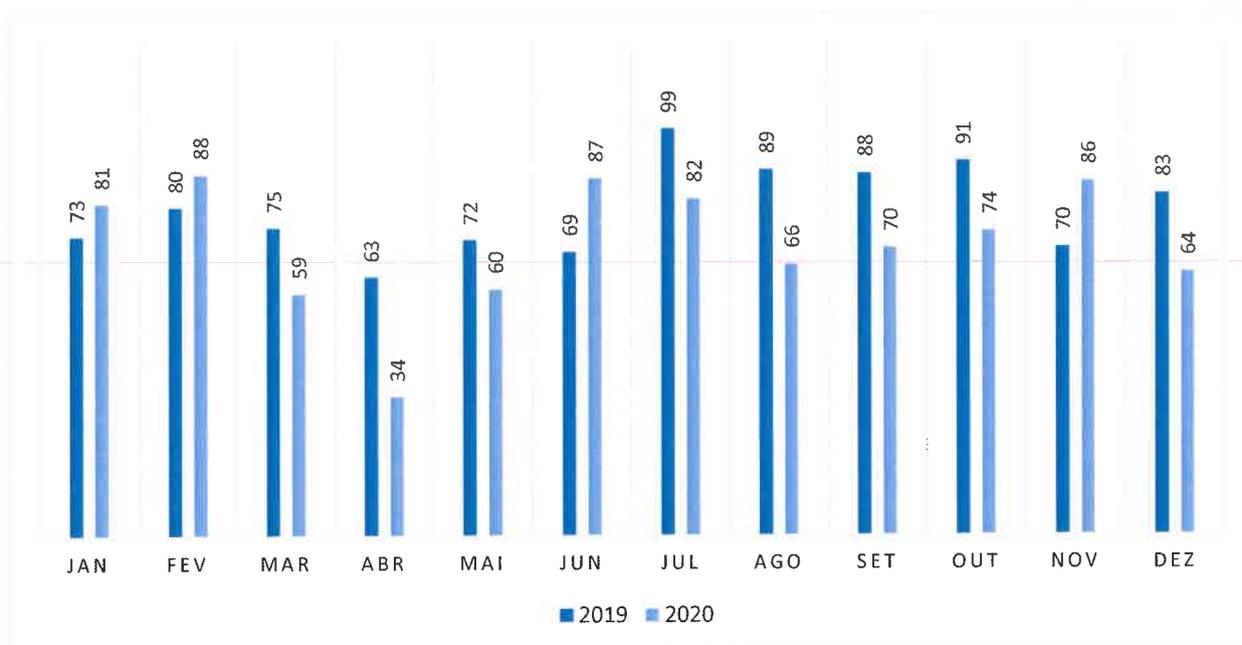


Figura 1: Instalação de contadores

Em relação à substituição de contadores, em 2020 a AdPF deu continuidade ao plano de substituição do parque de contadores.

A renovação anual do parque de contadores é feita após uma rigorosa seleção de equipamentos. Esta atividade assume um papel fundamental no combate às perdas aparentes.

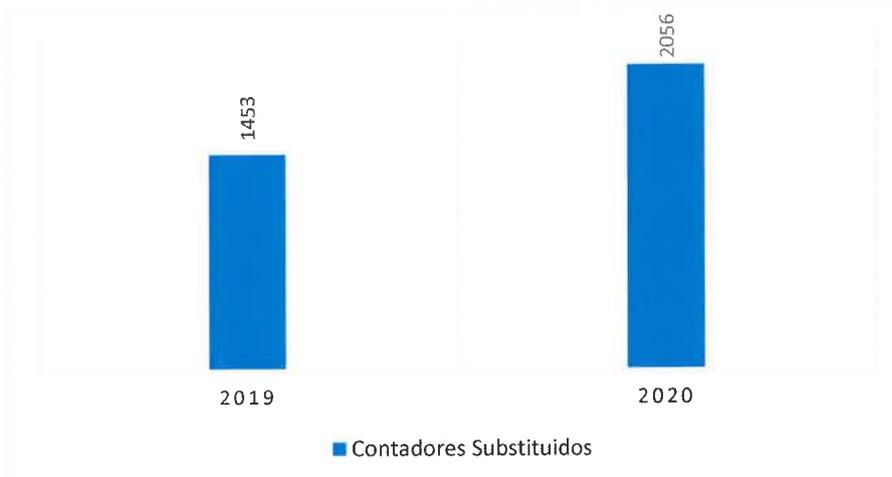


Figura 2: Substituições de contadores em 2019-2020

Analisando os restantes serviços efetuados, verifica-se um ligeiro aumento das retiradas de contador e uma diminuição nas restantes atividades inerentes ao contexto de pandemia que se viveu no ano de 2020.

Handwritten signature and initials in blue ink.

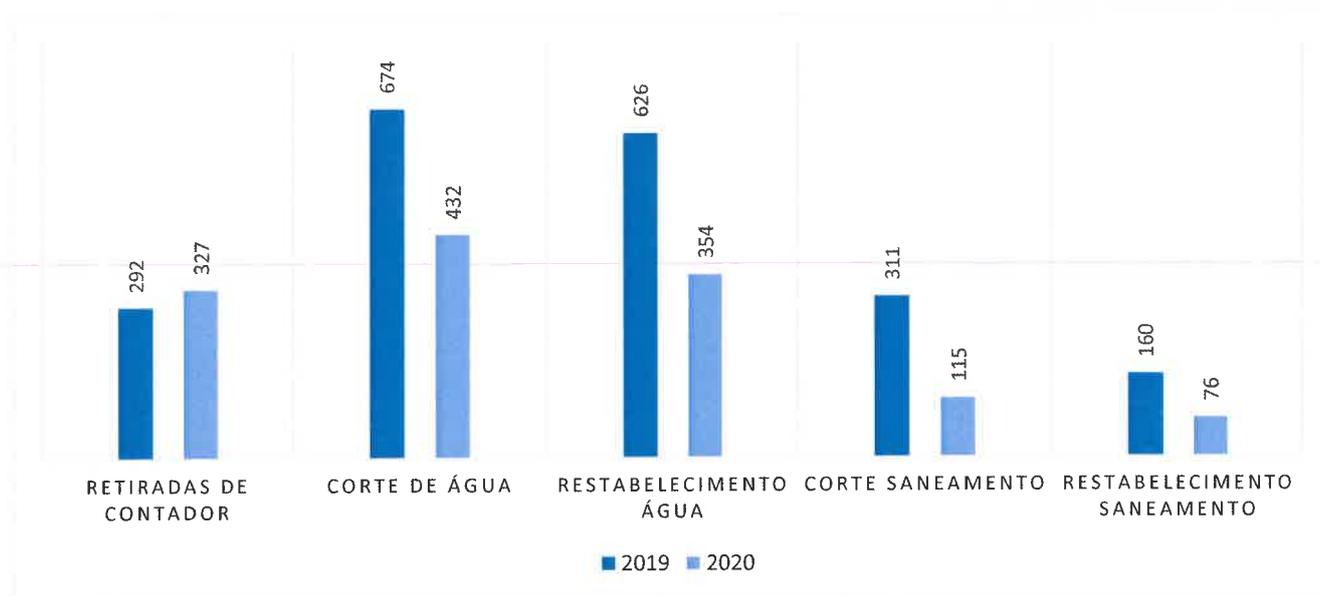


Figura 3: Outros Serviços 2019-2020

A execução de ramais de água e águas residuais, resultantes de pedidos para novas ligações, aumentou aproximadamente 15% e 28%, respetivamente, face a 2019.

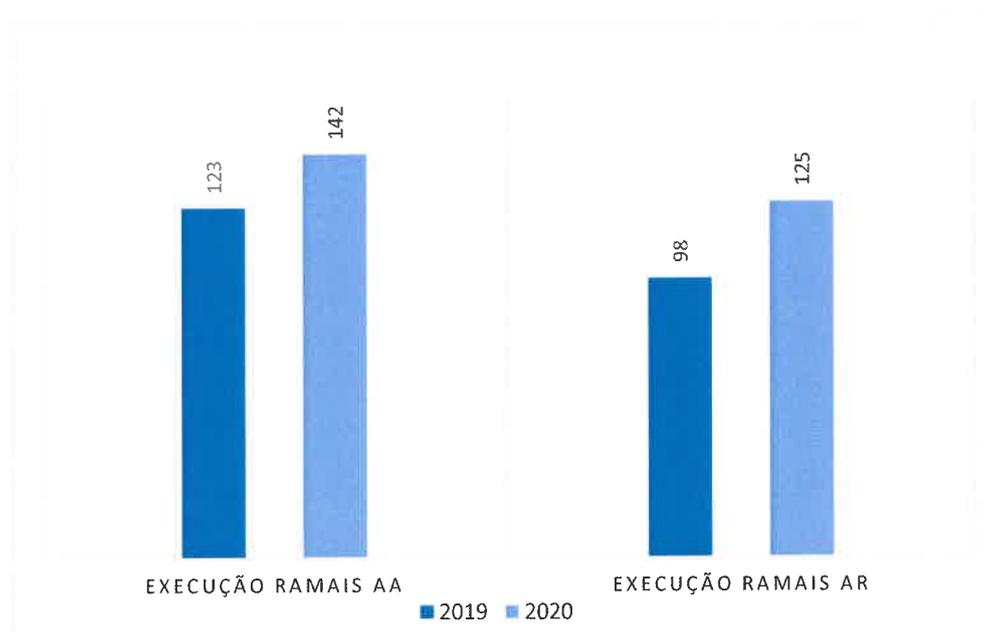


Figura 4: Execução de ramais de água e saneamento

Indicadores gerais do sector de exploração

Reparação de avarias e desobstruções

A maior parte das intervenções do sector de exploração dizem respeito a operações relacionadas com roturas em condutas e ramais de água. No ano de 2020 foram registados 283 serviços de reparação de roturas, dos quais, 22% provocados por trabalhos de empreiteiros na via pública. O número de roturas naturais diminuiu 6% face ao ano anterior.

As roturas ocorreram de forma diluída pelo concelho, não se tendo verificado zonas críticas que, quer por causas internas ou externas, desencadeassem estes acontecimentos.

Em 2020 foram detetadas e reparadas 28 roturas no âmbito do projeto de perdas de água.

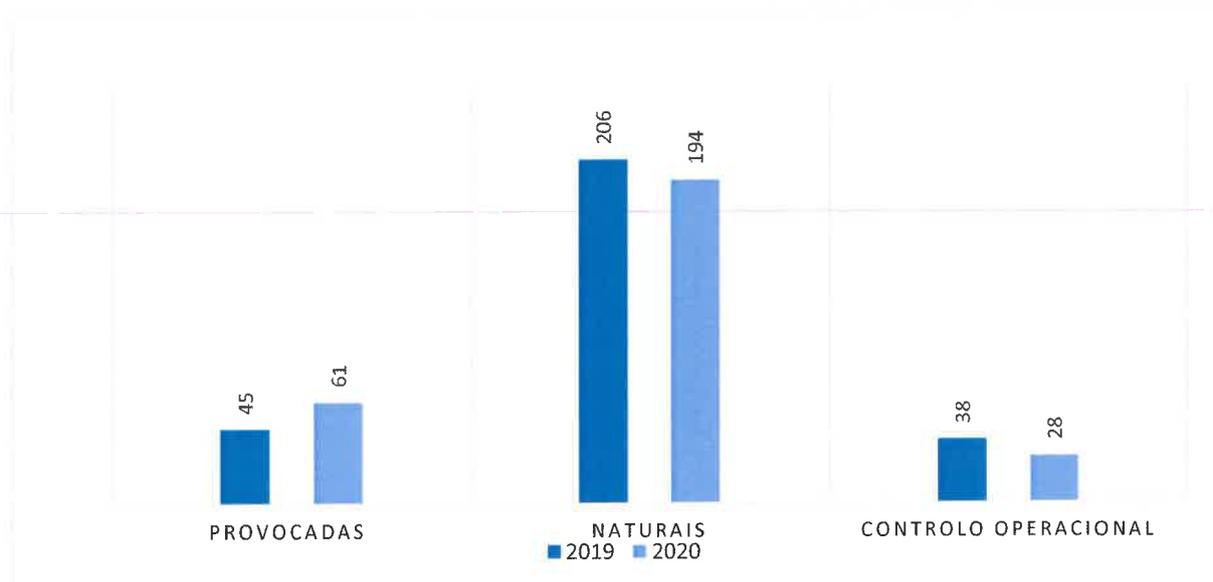


Figura 5: Roturas registadas em 2019 e 2020

Em termos de obstruções na rede de drenagem de águas residuais, em 2020 ocorreram 122 obstruções, representando um aumento de 97% face ao ano anterior (em 2019 ocorreram 62 obstruções).

Analisando-se os locais das ocorrências, verifica-se um aumento de incidências nas freguesias de Freamunde, Carvalhosa, Paços de Ferreira e Meixomil, no entanto estas ocorreram pontualmente e em locais distintos, não se verificando qualquer relação entre elas.

A AdPF possui um plano de manutenção das infraestruturas de saneamento em que periodicamente se procede à limpeza de coletores críticos com condições de escoamento menos favoráveis. Este plano é elaborado e revisto de acordo com a frequência de obstrução de determinada infraestrutura. Apesar deste aumento significativo de obstruções, não se verificou a repetição de ocorrências num determinado lugar, pelo que não há necessidade da inclusão destes locais no plano de manutenção.

Os trabalhos de natureza preventiva representaram em 2020 88% dos trabalhos executados pela equipa responsável pela manutenção dos coletores.

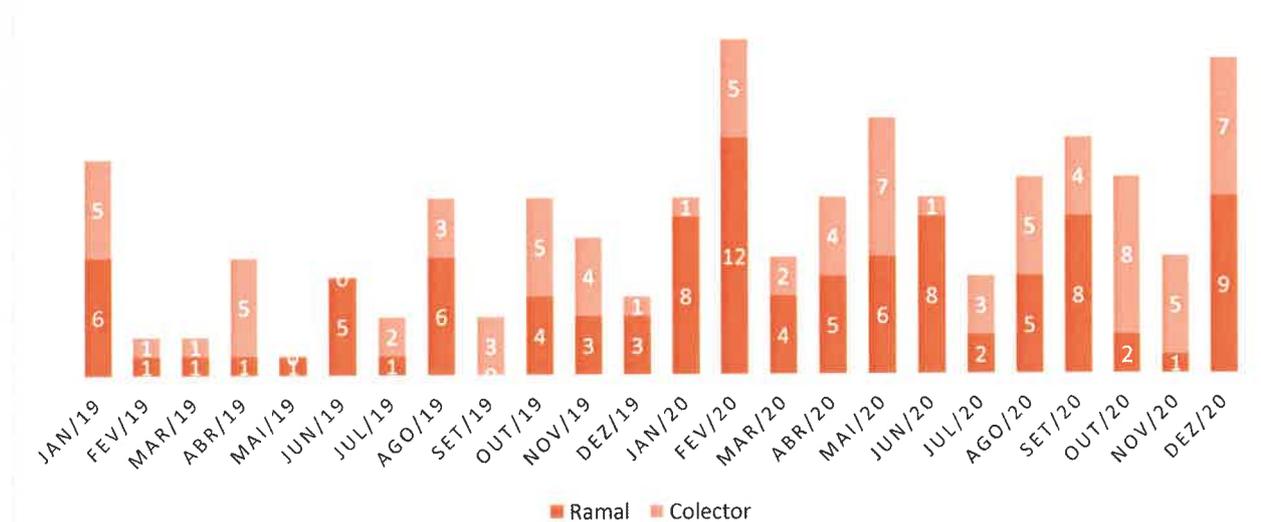


Figura 6: Evolução de obstruções entre 2019 e 2020

Análise de Projetos e emissão de Elementos Base

Em 2020, o número de pareceres emitidos aumentou 6% face ano anterior. Foram emitidos em 2020 um total de 579 pareceres contra os 516 registados em 2019.



Figura 7: N.º de processos analisados e elementos base emitidos

Pela observação do gráfico seguinte, verifica-se um aumento na ordem dos 7%, nas atividades de ligação à rede pública de novos clientes. Em 2020 foram concluídos 303 processos e em 2019 concluíram-se 282.

Relativamente às atividades de ligação à rede de águas residuais, não se verificou qualquer variação, tendo sido concluídos 291 processos em 2020, tal como no ano anterior.

O aumento de pedidos de ligação à rede de água poderá estar relacionado com a escassez nas fontes de abastecimento de água alternativas. Tem-se verificado nos últimos anos, meses de seca mais prolongada, o que tem motivado um aumento de pedidos à rede pública de água.

Também se verificaram alguns pedidos de segundos ramos, no seguimento de novos projetos.

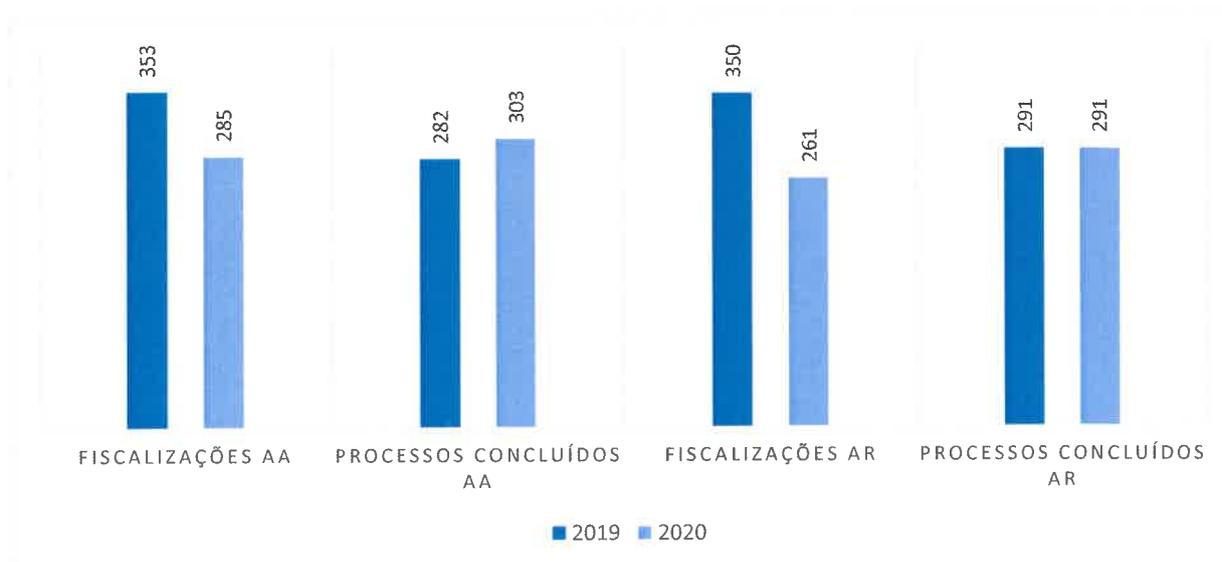


Figura 8: N.º de pedidos de ligação à rede pública e conclusão de processos

Telegestão de infraestruturas

Todos os reservatórios responsáveis pelo abastecimento de água ao concelho de Paços de Ferreira têm um sistema de telegestão que permite não só conhecer, em tempo real, variáveis como o volume de água aduzido à rede e níveis de reservatórios, como também efetuar, remotamente, manobra de válvulas. O sistema de telegestão permite ainda que os Técnicos recebam via GSM alertas pré-definidos tal como alarme de níveis ou intrusão.



Figura 9: Sistema de telegestão da Águas de Paços de Ferreira

Em 2020 iniciou-se o processo de migração do atual sistema de telegestão, para um sistema mais moderno que permite a integração de outros ativos, que não só reservatórios. Foi escolhido o reservatório R1 para arranque deste projeto.

Projetos como o “Controlo Operacional de Perdas” e “Controlo de Caudais Indevidos” têm exigido o investimento em novas zonas de medição e controlo, que são monitorizadas diariamente e por isso requerem um conhecimento em tempo real dos volumes distribuídos e recolhidos. Foram assim integrados conjuntamente com o R1, 17 novos ativos, nomeadamente medidores de caudal de água e águas residuais, cujos volumes passam a estar disponíveis numa única plataforma.

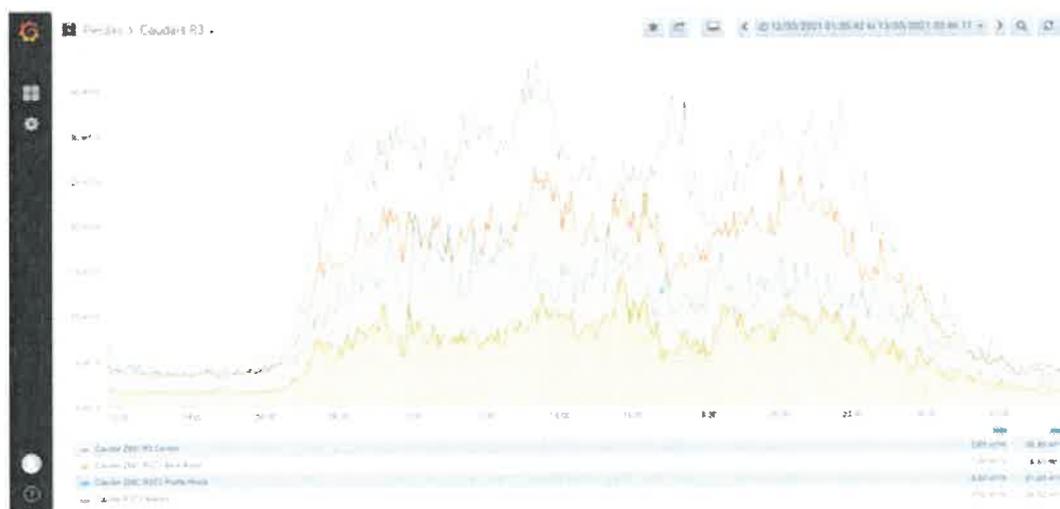


Figura 10: Dashboard para análise de caudais de uma zona de abastecimento

Handwritten signature and initials in blue ink.

Sistema de Informação Geográfica

Toda a rede existente no concelho de Paços de Ferreira e respetivas infraestruturas associadas, encontram-se cadastradas num sistema de informação geográfico (SIG). Através do SIG é possível ter-se informação precisa relativa a localização, características técnicas, data de instalação, estado de conservação, entre outras, para todas as infraestruturas cadastradas.

O SIG possibilita um conhecimento dos sistemas de abastecimento e zonas de drenagem de águas residuais, na medida em que nos permite visualizar, analisar e interpretar dados que suportam a tomada de decisão relativa ao planeamento quer da operação e manutenção, como da construção e reabilitação das infraestruturas.



Figura 10: Imagem SIG

Controlo Operacional de Perdas

O projeto Controlo Operacional de Perdas (COP) tem como objetivo a manutenção, de uma forma sistematizada, do volume de água não faturada de todo o sistema de abastecimento de água do Concelho de acordo com o valor recomendado pelo regulador (ERSAR), ou seja 20%.

Durante o ano de 2020, a equipa técnica (interna) responsável pelo sector de perdas e fugas manteve os trabalhos relacionados com deteção de perdas nomeadamente, e de modo muito sucinto, a análise de consumos/caudais mínimos (dados da telegestão), planeamento e realização de “step-tests”, a utilização dos equipamentos de deteção de fugas e perdas.



Figura 11: Equipamento de deteção fugas na rede de abastecimento de água

Em 2020 foram adquiridos 2.106.214 m³ de água tratada, correspondendo a uma média diária de 5.770 m³, o que representa um aumento de 6,9% de água entrada no sistema face ao ano anterior.

Relativamente à venda de água, faturaram-se 1.813.286 m³, o equivalente a um consumo diário de 4.968m³ de água, representando um incremento de 8,4% face ao ano anterior.

A água não faturada em todo o sistema diminuiu 1,89%, passando dos 15,8% (2019) para 13,9% (2020). O volume não faturado em 2020 foi de aproximadamente 293 mil m³, o equivalente a uma diminuição de 1,8% face ao volume do ano transato.

Depois de 4 anos com o valor de água não faturada consolidado nos 15%, a Águas de Paços de Ferreira atinge o valor mais baixo de sempre em % de água não faturada. Num ano atípico devido à pandemia do COVID-19, a AdPF atinge esta marca notável, que premeia o esforço e empenho dos técnicos que combatem diariamente as perdas de água.

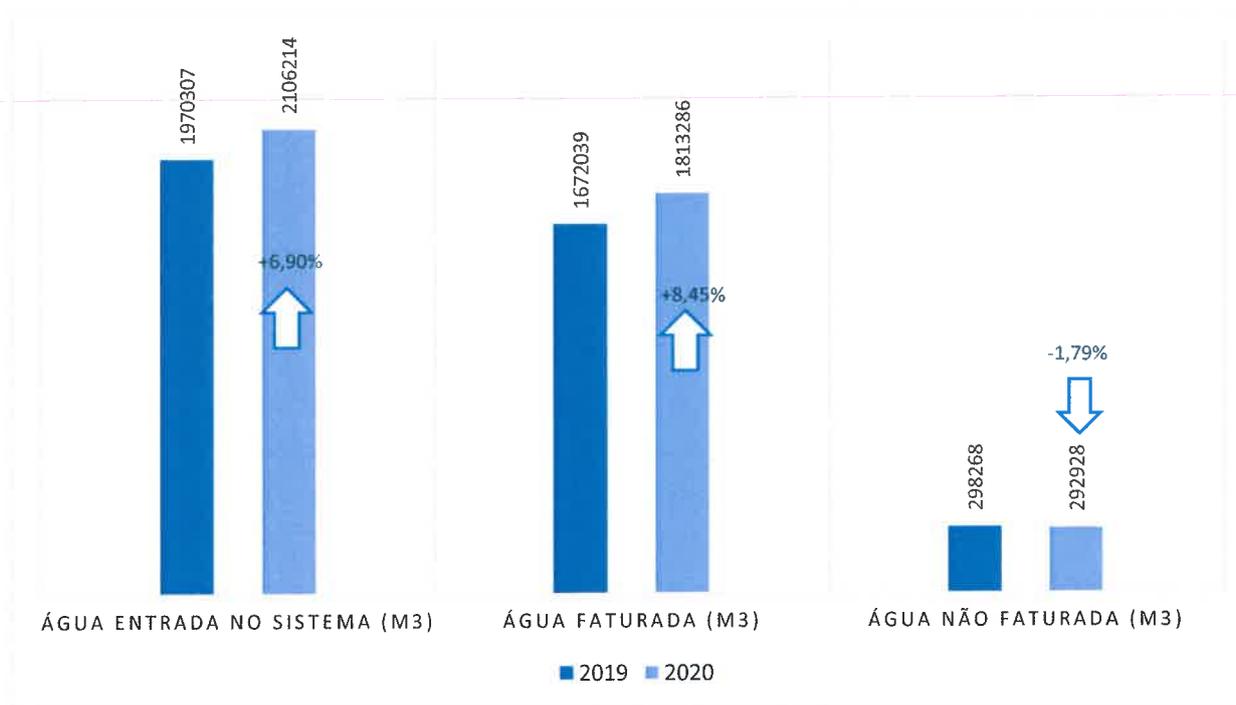


Figura 12: Evolução dos volumes de água entrada no sistema, faturada e não faturada 2019-2020

Controlo de Caudais Indevidos

Em 2020 e em consonância com a estratégia dos anos anteriores, o controlo de caudais indevidos, continuou a ser uma prioridade nos projetos de engenharia. Dessa forma, contratou-se uma técnica superior para ficar responsável pelo projeto de caudais indevidos e mais dois técnicos operacionais, reforçando assim a equipa existente afeta ao projeto, desde 2017.



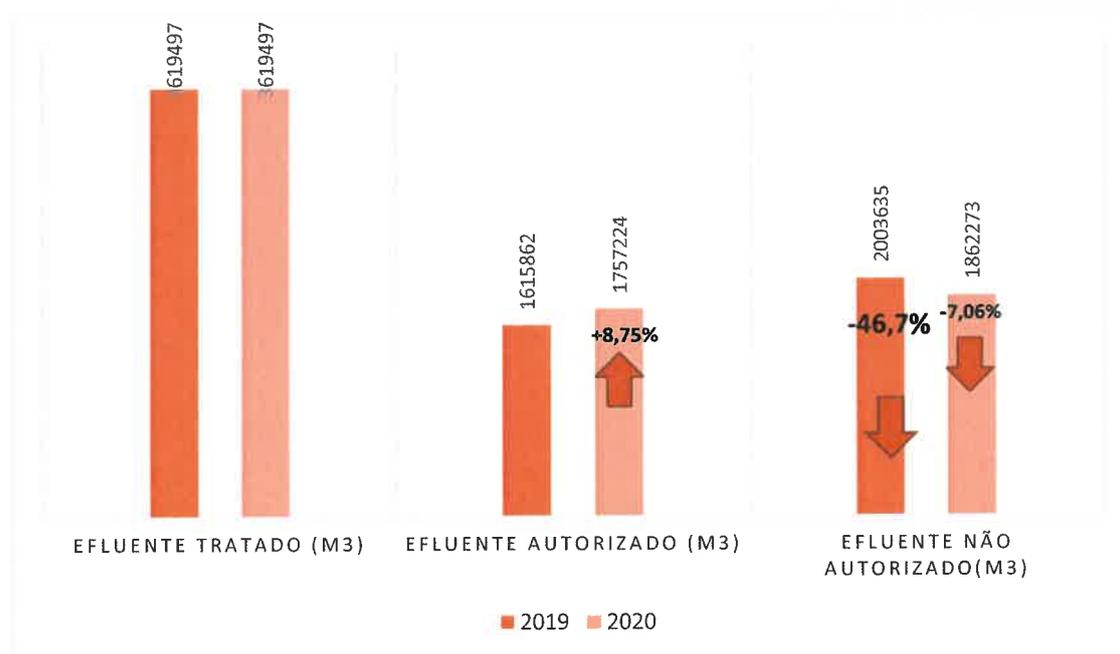
À esquerda viatura da equipa 1 (controlo operacional) à direita viatura da equipa 2 (reabilitação de infraestruturas)

A equipa de caudais indevidos deu continuidade aos trabalhos de deteção e fiscalização da correção de ligações indevidas da rede predial e/ou pública pluvial ao sistema público de drenagem de águas residuais. Com base na priorização das Bacias monitorizadas realizaram-se campanhas de inspeção em caixas de visita dos intercetores prioritários, Bacias II Sul e IV, em Tempo Seco e em Tempo Húmido.

No que respeita ao volume de efluente não autorizado e analisando o seu comportamento no presente ano e ano anterior, verifica-se uma diminuição. Em 2020 registou-se um nível de efluente não autorizado de 55%, relativamente ao total tratado (100%), tendo diminuído para 51%, o que representa uma diminuição no volume

de caudal de 141 mil m³ de efluente na ETAR. O volume não autorizado em 2020 foi de aproximadamente 1.862 mil m³.

Com as obras de reabilitação da ETAR de Arreigada, o valor do caudal tratado em 2020 foi calculado com base nos caudais afluentes à ETAR nos últimos cinco anos.



Evolução dos volumes de efluente tratado, faturado e não faturado 2019-2020

O volume não autorizado tem origem em duas grandes componentes, as aflúncias indevidas de origem pluvial/infiltrações e o uso indevido de água de outras origens que não da rede pública.

Para combate ao uso indevido de água de outras origens, é feita uma análise aos consumos de grandes consumidores não-domésticos, estando a ser contactados aqueles cujos consumos são nulos e a contribuição em termos de volume afluente à rede não contabilizado é significativa. Estima-se que 30% do volume não autorizado provenha de origens alternativas à rede pública de abastecimento de água. Não só se trata de receita perdida pela empresa em faturação, como é um custo que a Águas de Paços de Ferreira tem com o tratamento de efluente da ETAR.

A componente de aflúncias indevidas de origem pluvial/infiltrações, provém de duas situações, infiltração direta (influência da água da chuva no sistema) e indireta (influência do nível freático no sistema).

Para priorizar as Bacias monitorizadas e estimar em cada uma, as parcelas de infiltração provenientes da ação da chuva e do nível freático, e tendo em conta o histórico de dados de caudal e precipitação existentes desde 2019/2020, utilizamos as metodologias, “Caudal em Tempo Seco” e a metodologia do “Caudal Mínimo Noturno”. Os trabalhos de controlo operacional das equipas são direcionados sempre que possível para as Bacias Prioritárias.

Para combate às ligações indevidas das redes pluviais prediais à rede pública de águas residuais, continuaram-se os trabalhos de inspeção às caixas ramal de ligação em tempo de chuva. Os testes de fumo e a inspeção CCTV são realizados sempre que necessário para sustentar diagnósticos e/ou para identificar anomalias em infraestruturas com inspeção visual direta.

As equipas operacionais registam diariamente, em ordens de serviço de formato digital, os resultados obtidos através das inspeções visual direta, CCTV e testes de fumo. Essa informação é complementada sempre que possível, com registo fotográfico e vídeo das anomalias identificadas (em caso de reparação de anomalias estruturais, é feito um registo fotográfico do estado “antes” e “depois” da reabilitação).

Durante o ano de 2020, deu-se prioridade à inspeção das infraestruturas pendente de análise, em anos anteriores, por estarem cobertas com pavimento e à resolução das notificações pendentes em 2019, por prazo de resolução a decorrer.

Dos 1119 pendentes de análise por estarem cobertas com pavimento, foram detetadas e inspeccionadas, 281 infraestruturas. Das 179 notificações pendentes em 2019, por prazo de resolução a decorrer, foram corrigidas e fiscalizadas 135 ligações indevidas de rede predial pluvial ao sistema público de águas residuais, sendo que os restantes 44 casos, depois de fiscalizados pela equipa obtiveram prorrogação de prazo para resolução das anomalias.

Balanço Hídrico

O balanço hídrico permite-nos dividir a totalidade do volume de água entrada no sistema entre o consumo autorizado (faturado ou não faturado) e perdas (reais ou aparentes), evidenciando, entre outras coisas, o volume de água faturado (e não faturado) e refletindo, também, o esforço para a diminuição das perdas.

Entre 2005 e 2007 verifica-se uma forte redução na % de água não faturada, resultado da implementação do projeto de Controlo operacional de Perdas na Concessionária (decréscimo de 7%). Após essa data até 2009 o valor manteve-se nos 24% e nos anos de 2010 a 2013 estes valores diminuem para um intervalo entre os 20 e 22%. Entre 2014 e 2015 deu-se uma redução muito considerável, tendo-se atingido o valor de 17% de perdas, e entre em 2016 e 2019 consolidou-se o valor de água não faturada nos 15%. Em 2020 foi alcançado o valor inédito de 14%.

A Águas de Paços de Ferreira dá assim seguimento à tendência sustentada de redução do volume de água não faturada dos últimos anos.

Este resultado, é reflexo das atividades desenvolvidas no controlo operacional de perdas e desempenho das equipas técnicas no terreno, nomeadamente rápida intervenção na reparação de roturas e avarias.

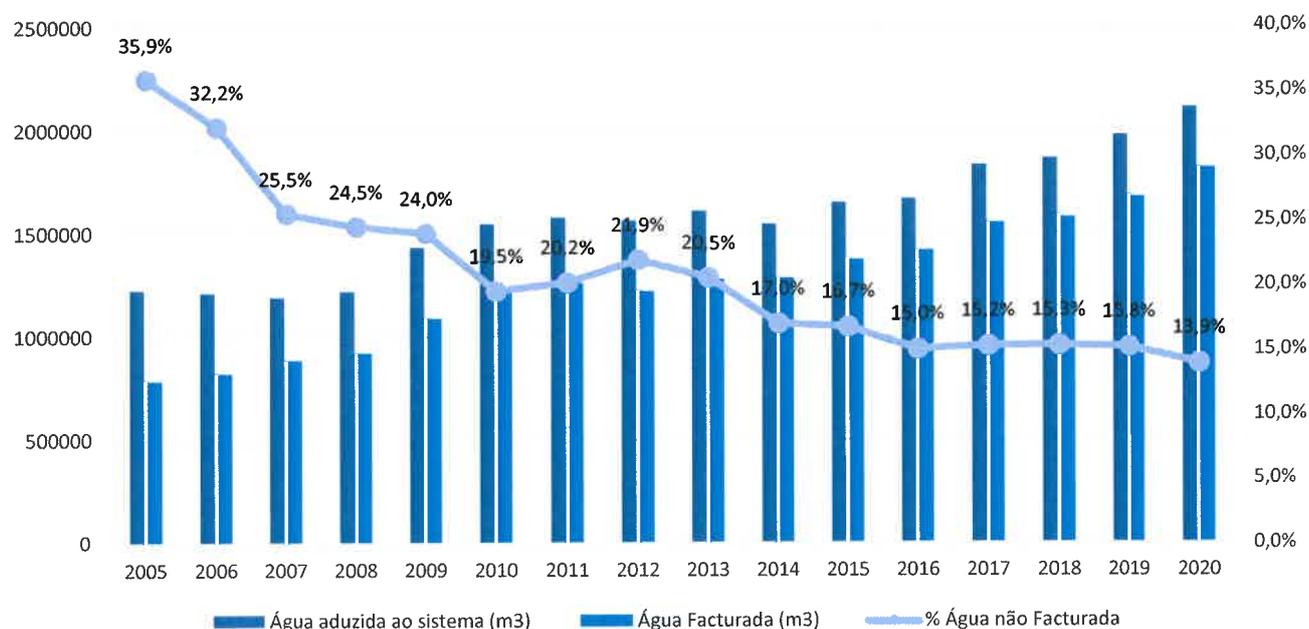


Figura 13: Evolução da percentagem de água não faturada no período 2005-2020

Efluente tratado

A ETAR de Arreigada é a infraestrutura responsável pelo tratamento de águas residuais do Concelho de Paços de Ferreira. No ano de 2020 estima-se que esta infraestrutura tenha tratado, em média, 9916m³ de efluente por dia.

O gráfico apresenta os valores anuais dos volumes de efluentes tratados e os volumes de efluentes faturados nesta bacia.

Refere-se que não é possível medir com precisão o período em que a ETAR se encontra em remodelação.

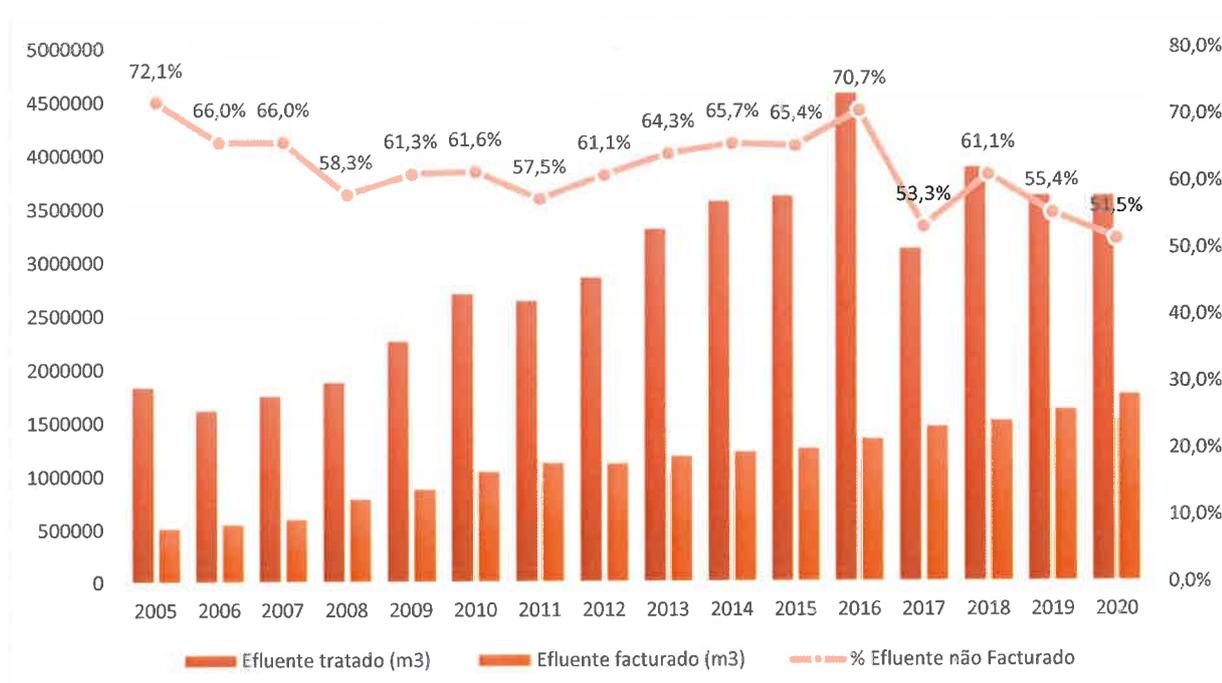


Figura 14: Evolução do efluente tratado na ETAR de Arreigada entre 2005-2020

Análises de Controlo de Qualidade

No controlo analítico da água de abastecimento, a AdPF cumpre o estabelecido na regulamentação nacional, nomeadamente, o estipulado no Decreto-Lei n.º 306/07 de 27 de agosto. As análises do controlo analítico foram asseguradas por um laboratório acreditado, o Laboratório Equilibrium. A água do sistema de abastecimento de Paços de Ferreira tem origem na totalidade, no sistema multimunicipal da Águas de Douro e Paiva.

Em 2020 foi cumprido integralmente o Programa de Controlo de Qualidade da Água aprovado para esse ano (PCQA 2017) pela Entidade Reguladora (ERSAR), tendo-se efetuado 648 análises na torneira dos consumidores. Não se verificou qualquer incumprimento.

Com 100% de cumprimento dos valores paramétrico de análises realizadas, a Águas de Paços de Ferreira mantém a boa qualidade do serviço, no respeitante ao indicador “Qualidade da água”.

No que toca à qualidade do efluente da ETAR de Arreigada, em 2020 efetuaram-se 60 análises, não se tendo verificado qualquer incumprimento (nota: resultados de acordo com o reportado para TRH). Todos os parâmetros estavam de acordo com os Valores Limite de Emissão (VLE) referidos na licença de descarga. Estes valores referem-se apenas ao efluente rejeitado no meio hídrico com tratamento.

Área de Investimento

Controlo Operacional de Perdas de Água

No âmbito do projeto de controlo operacional de perdas, deu-se continuidade ao investimento na renovação do parque de contadores, cerca de 2000 contadores substituídos em 2020, para combate às perdas aparentes.

Ao nível da redução das perdas reais, investiu-se na medição de duas sub bacias das zonas de abastecimento de R7 e R17, com recurso a medidores de caudal eletromagnéticos e ligação scada para monitorização diária dos caudais mínimos noturnos. O controlo desta duas sub bacias permite uma deteção e intervenção mais rápidas em caso de aumento do caudal mínimo noturno e suspeita de fuga na rede de abastecimento.

Esta solução verificou-se extremamente eficaz nas zonas de abastecimento de R3 e R6, em que se conseguiram ótimos resultados com a criação de zonas de medição menos extensas.

Controlo de Caudais Indevidos

Medição de caudais

Quantificar o caudal que passa em cada Subsistema da rede de drenagem de águas residuais é o primeiro passo para o diagnóstico e consequentemente elaboração de planos de ação para resolução da problemática dos caudais indevidos na rede de águas residuais.

Dessa forma, em 2020 continuou-se a investir na aquisição e instalação de medidores de caudal. Instalou-se na Bacia I, um medidor eletromagnético de secção cheia com alimentação contínua de energia. Assim, o medidor eletromagnético de secção cheia, que estava a monitorizar até à data a Bacia I, foi reinstalado a montante, de forma a fazer-se uma monitorização mais rigorosa do emissário I. Também em 2020, foram instalados 4 medidores na rede de coletores e por isso, criadas 4 zonas de monitorização e controlo nas Bacias “II Sul” e “IV”, onde em 2020 incidiu o foco do controlo de caudais indevidos (figura abaixo).

Com este investimento pretende-se realizar os balanços de caudais para cada zona monitorizada e assim quantificar o volume afeto a cada componente da parcela “efluente não faturado”, para que sejam alinhadas estratégias e elaborados planos de ação para redução desse volume. Para uma análise e avaliação diária dos dados de caudal e precipitação, todos os equipamentos, medidores e udómetros, estão ligados ao sistema de telegestão.

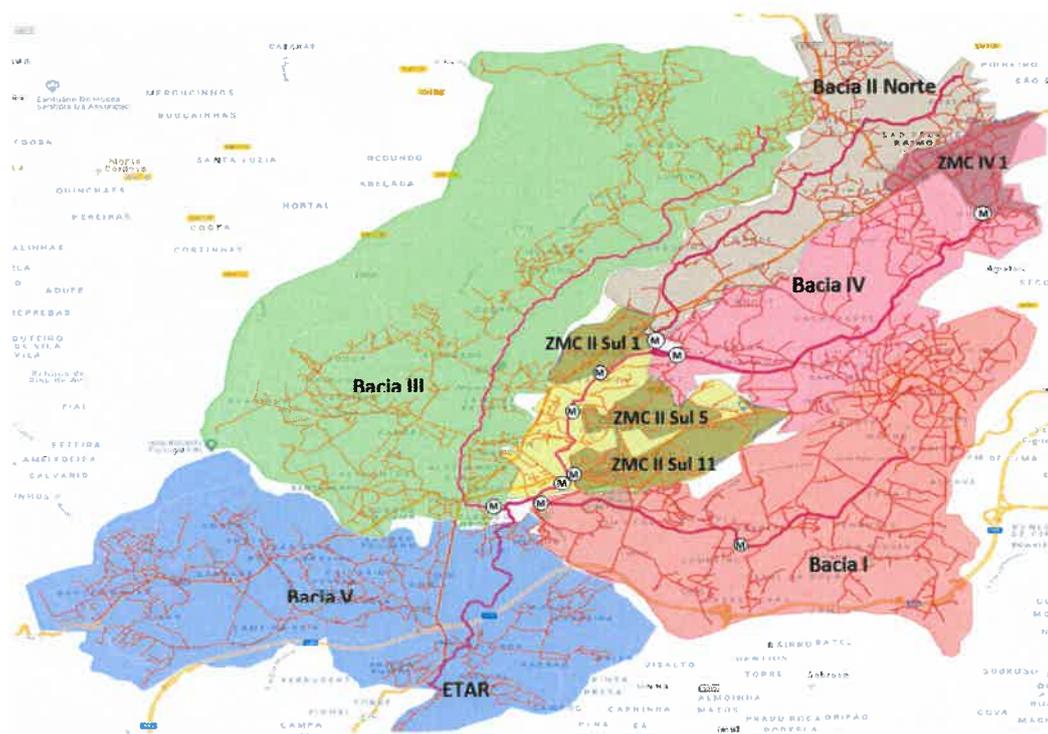


Figura 15: Localização dos medidores de caudal na rede de drenagem e respetivas bacias de drenagem

Reabilitação de infraestruturas

Em 2020, resultado do trabalho contínuo de inspeção às infraestruturas, procedeu-se à reabilitação de 252 caixas ramal de ligação e 264 caixas de visita que apresentavam anomalias estruturais. Das 264 caixas de visita reabilitadas, 56% fazem parte da Bacia Prioritária II Sul.

Com base nas campanhas de inspeção em caixas de visita dos interceptores prioritários, Bacias II Sul e IV, em Tempo Seco e em Tempo Húmido (secionamento do interceptor II Sul), foram identificadas infraestruturas com necessidade de intervenção prioritária, e avaliada a capacidade interna para execução dos trabalhos com serviços próprios, ou necessidade de subcontratação. Deste trabalho resultou a reabilitação de 4 caixas em interceptores com recurso a meios próprios e substituição de 250ml do interceptor da “Bacia IV”, que apresentava sinais de possível colapso, com recurso a subcontratação.



Figura 16: Coletor substituído no emissário IV

Gestão Patrimonial de Infraestruturas

Em 2020 destacam-se as seguintes obras de reabilitação/ampliação de infraestruturas:

Remodelação de 523 ml da conduta de abastecimento de água na Avenida João XXIII em Paços de Ferreira. Esta conduta responsável pelo abastecimento de água à cidade de Paços de Ferreira é um ativo de elevada importância, pelo que foi alvo de remodelação entre a Rua de Carral e a Avenida dos Templários, assim como os ramais de abastecimento de água.

Ampliação da rede de abastecimento de água na Rua de Barrimau em Ferreira, até à Travessa Central, para que o abastecimento de água à hidropressora existente na Rua do Mosteiro, seja feito graviticamente e não a partir da hidropressora da Rua de Alto Central. Esta extensão de 300ml permite a obtenção de ganhos energéticos na hidropressora de Alto Central e redução da ocorrência de avarias na conduta da Rua de Barrimau devido à diminuição das velocidades na conduta.

Ampliação da rede na Rua António Matos, Paços de Ferreira – foram construídos 104ml de conduta de água para abastecimento do supermercado Mercadona.

Ampliação das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais na Rua da Boavista em Carvalhosa. Foram executados 277ml de conduta de água e 161ml de coletores para servir novas construções.

Remodelação das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais existentes na Travessa da Lama em Freamunde – foram substituídos 105ml de conduta e 70ml de coletor.

Ampliação da rede de drenagem de águas residuais na Rua da Raivosa, Carvalhosa – foram contruídos 49ml de coletor para servir uma indústria e uma habitação.

Construção de 45 ml de rede de drenagem de águas residuais na Rua Nossa Senhora de Fátima, Ferreira, para servir 5 habitações.

Qualidade da Água

Reservatórios

Procedeu-se à limpeza e desinfeção bacteriológica de 13 reservatórios, cujo volume das células representa aproximadamente 66% (15.650m³) da capacidade de reserva dos 20 reservatórios existentes. Não estando em causa a qualidade da água distribuída, este procedimento permitiu uma inspeção ao interior das células dos reservatórios para avaliar futuras necessidades de reabilitação.

No reservatório R12 foi também instado um sistema de recloragem, para salvaguardar a qualidade da água nos pontos mais afastados da rede. Desta forma é dado mais um passo importante para evitar as purgas de rede nestes pontos, evitando perdas de água desnecessárias, no âmbito do controlo operacional.

Reabilitação de infraestruturas

Responsável por 38% (9000m³ distribuídos por 3 células) da capacidade de reserva de água do concelho e distribuição a 18 reservatórios, o reservatório R2A é alvo anualmente de uma cuidada inspeção. Nesse âmbito, e no seguimento da reabilitação de uma das células em 2019, em 2020 foram reabilitadas as outras duas células do reservatório. A técnica de intervenção consistiu na decapagem das superfícies, paredes, teto e laje, tratamento do betão, armaduras à vista e meias canas. Por fim foi feita a impermeabilização com um revestimento flexível à base de massas cementícias, com rede em fibra de vidro nas zonas mais críticas.



Figura 17: Tratamento do betão, fissuração e armações à vista no interior da célula



Figura 18: Interior da célula após tratamento

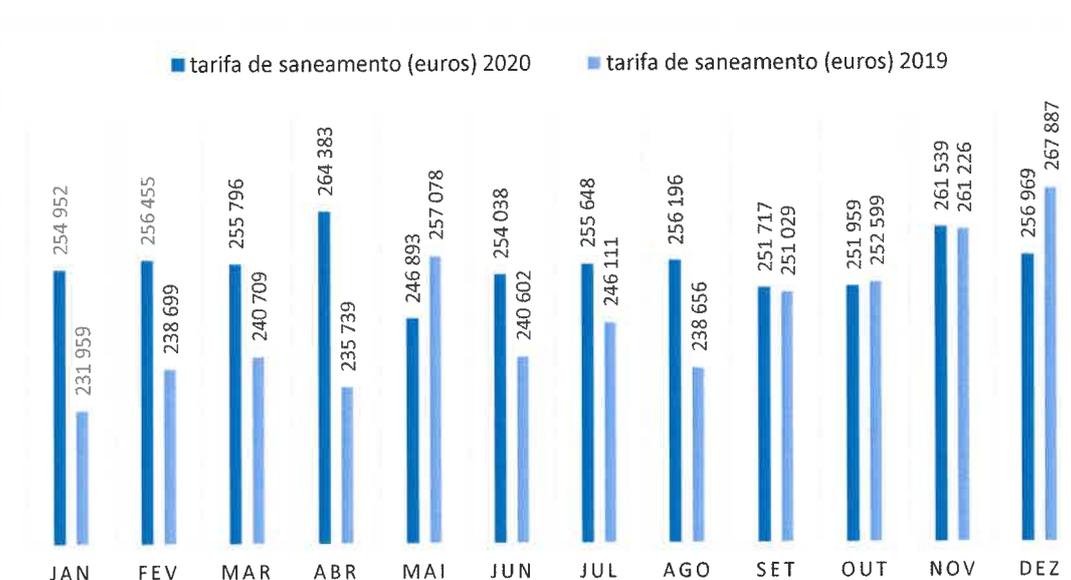
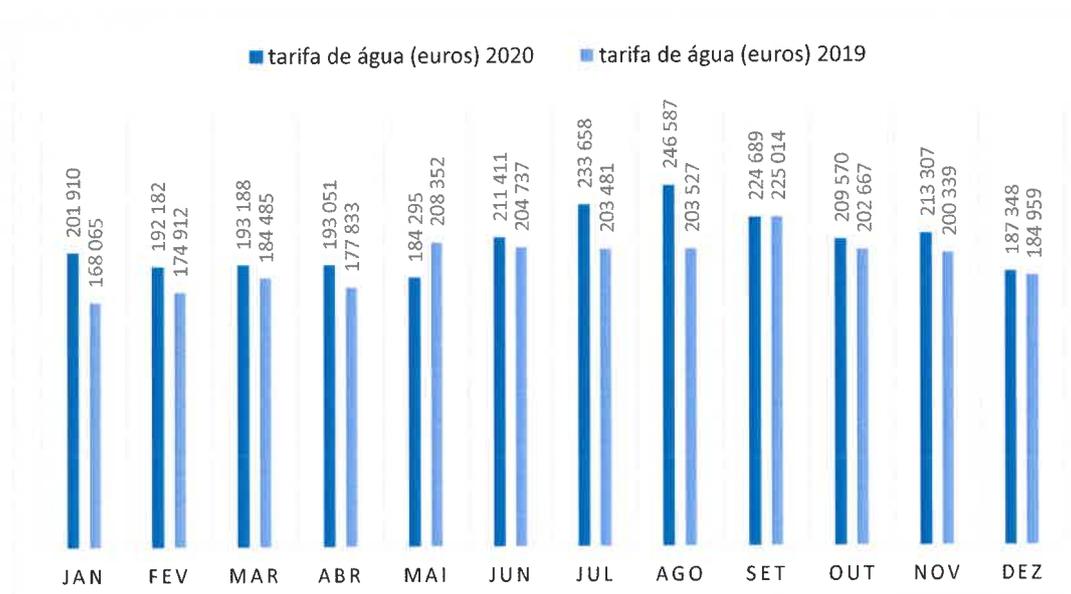
4.2.ATIVIDADE COMERCIAL

Vendas

Em 2020 a câmara municipal de Paços de Ferreira não autorizou a atualização tarifária proposta pela Concessionária, de acordo com o Contrato de Concessão, de 1,018567735 sobre o tarifário imposto unilateralmente pela Concedente em 2017.

No entanto, devido ao aumento dos clientes o aumento registado em 2020 foi de 6,54% sobre a faturação da venda de água e 3,52% sobre a faturação de saneamento.

Assim a evolução mensal traduz-se nos gráficos abaixo:



Relativamente à evolução dos volumes de água vendida o quadro abaixo sintetiza a informação distribuída conforme tarifário em vigor:

Volume AA vendida em 2019

	Domésticos					Não Domésticos				
	até 25 MM	25-30 mm	30-50 mm	50-100 mm	100-300 mm	até 25 MM	25-30 mm	30-50 mm	50-100 mm	100-300 mm
1	17 864	0	0	0	0	7 339	39	66	3	0
2	31 736	0	0	0	0	7 520	34	76	12	0
3	40 806	0	0	0	0	7 071	45	123	9	0
4	49 244	0	0	0	0	6 704	72	104	4	0
5	62 235	0	0	0	0	6 210	55	75	5	0
6	72 126	0	0	0	0	6 420	78	114	6	0
7	82 117	0	0	0	0	5 915	105	56	7	0
8	88 072	0	0	0	0	6 008	128	48	8	0
9	88 254	0	0	0	0	5 715	144	63	9	0
10	83 670	0	0	0	0	6 360	220	130	0	0
11	73 304	0	0	0	0	4 763	165	121	0	0
12	64 776	0	0	0	0	4 860	108	48	0	0
13	56 225	0	0	0	0	4 563	195	169	26	0
14	47 558	0	0	0	0	3 668	182	126	14	0
15	39 375	0	0	0	0	3 570	165	30	45	0
16	33 376	0	0	0	0	3 200	176	112	16	0
17	27 744	0	0	0	0	3 162	119	102	0	0
18	23 382	0	0	0	0	2 826	216	18	18	0
19	17 632	0	0	0	0	2 717	228	95	19	0
20	16 180	0	0	0	0	2 620	160	60	0	0
21	13 251	0	0	0	0	2 457	252	63	0	0
22	11 528	0	0	0	0	2 486	220	22	0	0
23	9 062	0	0	0	0	2 921	138	92	46	0
24	7 176	0	0	0	0	2 448	264	120	0	0
25	7 100	0	0	0	0	2 725	100	25	0	0
26	5 980	0	0	0	0	2 522	182	78	26	0
27	4 806	0	0	0	0	2 214	189	54	0	0
28	4 676	0	0	0	0	2 016	252	56	0	0
29	3 828	0	0	0	0	1 914	87	29	0	0
30	30 480	0	0	0	0	41 130	16 350	9 630	1 500	0
> 30 m3	14 946	0	0	0	0	46 358	53 599	78 706	166 477	0
	1 128 509	0	0	0	0	210 402	74 267	90 611	168 250	0

Volume AA vendida em 2020

h
T
A
h

	Domésticos					Não Domésticos				
	até 25 MM	25-30 mm	30-50 mm	50-100 mm	100-300 mm	até 25 MM	25-30 mm	30-50 mm	50-100 mm	100-300 mm
1	16 250	0	0	0	0	7 677	34	48	5	0
2	29 914	0	0	0	0	7 794	68	70	4	0
3	38 838	0	0	0	0	6 990	60	84	3	0
4	46 572	0	0	0	0	6 276	92	72	8	0
5	56 540	0	0	0	0	6 080	80	110	0	0
6	67 650	0	0	0	0	5 700	60	66	12	0
7	82 320	0	0	0	0	5 495	56	91	0	0
8	85 472	0	0	0	0	5 608	64	40	0	0
9	87 606	0	0	0	0	5 265	90	72	0	0
10	86 650	0	0	0	0	5 240	260	60	0	0
11	82 599	0	0	0	0	4 543	55	55	0	0
12	77 340	0	0	0	0	4 812	156	48	24	0
13	67 093	0	0	0	0	4 381	156	65	0	0
14	58 576	0	0	0	0	3 948	112	42	0	0
15	52 095	0	0	0	0	3 495	180	45	0	0
16	43 552	0	0	0	0	3 392	176	80	0	0
17	37 298	0	0	0	0	3 111	68	51	17	0
18	32 814	0	0	0	0	2 754	216	0	36	0
19	26 429	0	0	0	0	2 850	95	19	0	0
20	24 500	0	0	0	0	3 000	240	40	20	0
21	19 404	0	0	0	0	2 541	231	63	0	0
22	16 610	0	0	0	0	2 530	154	44	0	0
23	14 881	0	0	0	0	2 093	161	92	0	0
24	11 904	0	0	0	0	1 920	120	144	0	0
25	10 425	0	0	0	0	1 975	150	100	0	0
26	9 022	0	0	0	0	1 742	104	104	26	0
27	8 019	0	0	0	0	1 377	108	54	0	0
28	7 252	0	0	0	0	1 904	56	252	28	0
29	6 641	0	0	0	0	1 624	29	87	0	0
30	49 380	0	0	0	0	38 730	14 730	9 000	1 290	0
> 30 m3	28 230	0	0	0	0	45 366	60 994	71 214	168 257	0
	1 281 876	0	0	0	0	200 213	79 155	82 312	169 730	0

Caracterização dos clientes

Na distribuição por tipo de clientes, verificamos que os clientes “domésticos” representam 83% do total de utentes, 71% do volume de água faturada, e 63% da faturação respeitante ao consumo de água.

Em breve resumo categorizamos os clientes de água da seguinte forma:

Abastecimento de água	% clientes	% volume	% faturação
Doméstico	83%	71%	63%
Não doméstico	17%	29%	37%

Drenagem de águas residuais	% clientes	% volume	% faturação
Doméstico	87%	69%	63%
Não doméstico	13%	31%	37%

Angariação de novos clientes

O aumento contínuo de novos clientes ao longo dos últimos anos é um resultado comercial desenvolvido através de:

- ✓ Notificações para ligação à rede proveniente de redes instaladas
- ✓ Notificações para ligação à rede provenientes de levantamento cadastral
- ✓ Notificações realizadas no âmbito de descoberta de ligações ilícitas ou de uso indevido dos sistemas.

Quantificando podemos verificar que o aumento de clientes se verifica após notificação para a ligação ou em fase posterior no levantamento do processo de contraordenação.

	Novos clientes Água	Novos clientes saneamento
Após Notificação	130	122
Após Contraordenação	111	160
Novas edificações	64	58
Outras situações	131	106

No decorrer de 2020 foram enviadas um total de 1.763 notificações, das quais originaram 144 processos de contraordenação por não resolução da situação detetada. De referir ainda, que os envios das contraordenações foram suspensos em março devido ao estado de emergência decretado em Portugal.

Até ao final de 2020 encontram-se 800 processos de contraordenação na Câmara Municipal de Paços de Ferreira sem que tenhamos conhecimento que algum processo tenha sido despachado.

Clientes sem consumo de água

Nos últimos 4 anos, de 2017 a 2020, registou-se um crescimento termos gerais de 1.410 clientes, passando de 16.974 para 18.384 clientes.

Em grande parte, este crescimento deveu-se ao fecho das obras do R19, a campanhas de notificações a potenciais clientes e ao crescimento urbanístico do concelho.

Para além disso, realizamos uma série de fiscalizações massivas aos caudais indevidos de saneamento à rede e que também concretizou em notificações a clientes que estavam indevidamente ligados à rede pública de água. Daí que o crescimento verificado em termos de clientes não se traduziu num aumento de clientes com consumo zero, nem num aumento de clientes com consumos 1 e 2 m³. Sendo certo que devido às características de consumo de alguns clientes, nomeadamente não domésticos, com um reduzido número de utilizadores da instalação, estes consumos são os efetivos.

Como podemos ver na tabela abaixo, a percentagem dos clientes com consumos até 2 m³ inclusive baixou nos últimos 4 anos de 34,15 % para 28,35%.

	2017	2018	2019	2020
Nº contadores faturados	16 974	17 509	17 966	18 384
Domésticos	15091	14444	14810	15174
Não domésticos	1883	3065	3156	3210
Nº Contadores c/ consumo zero (0m³)	2 494	2 525	2 823	2 552
Domésticos	1696	1638	1851	1593
Não domésticos	798	887	972	959
Nº Contadores c/ consumo 1 e 2m³	3 852	3 998	3 783	3 725
Domésticos	3458	3055	2878	2709
Não domésticos	394	943	905	1016
% contador doméstico consumo zero doméstico	11,24%	11,34%	12,50%	10,50%
% Contadores doméstico c/ consumo 1 e 2m ³	22,91%	21,15%	19,43%	17,85%
% Contadores doméstico c/ consumo 0, 1 e 2m ³	34,15%	32,49%	31,93%	28,35%

O caso dos clientes com consumo zero, o tarifário em vigor desde 2017, embora sem tarifas fixas, prevê para 2020 os seguintes valores:

Domésticos - Não Consumidores de Águas de Abastecimento	€/total	€/m3	m3
Cliente apenas c/ rede de AR s/ rede de água disponível	10,96	0,52	21,08
Com acesso às redes de água e saneamento	17,47	0,52	33,60

Não Domésticos - Não Consumidores de Águas de Abastecimento	€/total	€/m3	m3
Cliente apenas c/ rede de AR s/ rede de água disponível	24,92	1,23	20,26
Com acesso às redes de água e saneamento	37,25	1,23	30,28

No que concerne aos clientes com consumo 1 e 2 m3, estes são faturados pelo tarifário. Relativamente aos domésticos, a faturação é a seguinte:

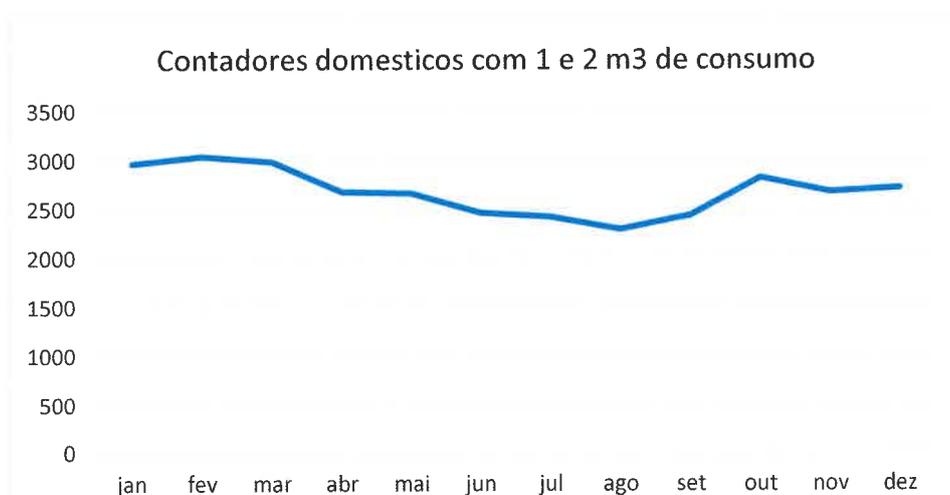
Domésticos	AA	AR	total
Ligados à AR			
1m3	4,36	6,29	10,65
2m3	4,79	6,81	11,60

Dos 3.725 contadores com consumo 1 e 2m3, 2.709 são clientes domésticos e pelas verificações de instalação já realizadas por nós, foram registados os seguintes números:

Poço não está ligado à rede predial	642
Poço ligado à rede predial	1785
Sem informação	282
	2 709

Pela informação obtida concluímos que todos os clientes com esta tipologia de consumo com verificação, 90% do total, todos têm poço dentro do perímetro da instalação.

Desses já verificados, num total de 2.427 instalações, 74% têm comprovadamente interligação entre a água da rede pública e a água do poço na rede predial. Para além disso, dada a facilidade da alteração dos sistemas as restantes instalações podem fazer as interligações a qualquer momento. Isto é visível através da flutuação mensal do número de clientes com este tipo de consumo:



Leitura de contadores

A leitura de contadores que origina a faturação mensal é efetuada por 3 colaboradores internos das Águas de Paços de Ferreira.

No ano de 2020, segue a lista das leituras previstas e efetuadas mensalmente:

	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Total
Quantidade de leituras previstas	18 009	18 023	18 043	17 876	18 120	18 084	18 163	10 473	18 263	15 076	13 419	18 364	201 913
Quantidade de leituras efetuadas	17 966	17 071	17 399	17 176	17 724	17 732	17 935	10 232	18 244	14 989	12 835	18 320	197 623
Leituras efetuadas / previstas (%)	99,76%	94,72%	96,43%	96,08%	97,81%	95,05%	98,74%	97,70%	99,90%	99,42%	95,65%	99,76%	97,88%
Contadores Não Lidos	43	952	644	700	396	352	228	241	19	87	584	44	

De notar que no mês de agosto só há meio mês de leituras devido ao gozo de férias por parte dos trabalhadores.

Faturas e avisos de corte

Mensalmente é emitida a fatura com os consumos mensais a todos os clientes. O número de faturas emitidas é superior ao número de clientes pois podemos ter duas faturas relativo a períodos contínuos e não coincidentes no mesmo mês para o mesmo local, originado por alteração do titular do contrato (mudanças de casa, no caso dos clientes domésticos).

Existem clientes com fatura de 0 euros, que é o caso de clientes só de água que não registam consumos no mês e que ao longo do ano se traduziram em 688 clientes mensais.

As faturas são enviadas por correio e eletronicamente utilizando a plataforma “Via CTT”. Este ano conforme é visível na tabela abaixo iniciamos o envio da fatura por e-mail em outubro.

	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Total
Fatura sem valor (0€)	731	748	737	739	732	656	621	606	598	679	683	729	8 259
Enviada pelos CTT	18 207	18 232	18 298	18 321	18 345	18 451	18 500	18 576	18 622	18 143	17 858	17 771	219 324
Enviada Via CTT	54	55	56	58	59	57	58	60	62	64	66	66	715
Enviada por Email										468	774	854	2 096
Total	18 992	19 035	19 091	19 118	19 136	19 164	19 179	19 242	19 282	19 354	19 381	19 420	230 394

O não pagamento na fatura dentro do prazo origina o envio em correio registado simples de um aviso de corte.

Após a data limite do aviso de corte, caso continue a existir incumprimento de pagamento por parte do cliente é efetuado o corte de água e de saneamento, dependendo dos serviços contratualizados.

No ano de 2020, ocorreram as seguintes situações:

	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Total
Total de faturas	18 992	19 035	19 091	19 118	19 136	19 164	19 179	19 242	19 282	19 354	19 381	19 420	230 394
Nº avisos de corte	1 428	1 239	1 246	0	1 573	1 174	1 126	1 246	1 177	1 318	987	1 371	13 885
Nº de corte efetivos	56	33	0	0	0	114	62	30	40	32	23	42	432

Para o total do ano de 2020, 6,03% das faturas não foram liquidadas dentro do prazo normal de pagamento e originaram a emissão do aviso de corte.

No entanto de todas as faturas emitidas, apenas 0,19% originaram o corte efetivo, ou seja a suspensão do serviço. Note-se que devido ao estado de emergência não foram efetuados cortes de março a maio.

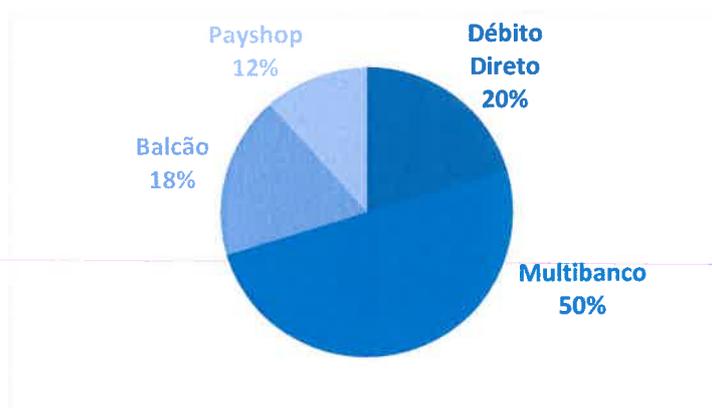
De modo a ser reduzido o número de processos a serem enviados para contencioso, para além do aviso de corte é enviada uma mensagem para as faturas em dívida no início de cada mês, sendo disponibilizada uma nova referência, para pagamento por multibanco.

Em 2020 enviamos 45.289 SMS aos clientes com faturas por regularizar.

Cobranças por tipo de pagamento

No ano de 2020 a Águas de Paços de Ferreira recebia dos utentes a fatura por 4 canais distintos: balcão da loja, multibanco, transferência por débito direto e via *payshop*.

No gráfico seguinte é possível visualizar as ponderações entre os canais de cobrança.



O número de clientes que se dirigiu a loja de atendimento, balcão, para efetuar pagamento foi mais reduzido, dado o estado de emergência e a maioria dos novos clientes preferiu ativar de imediato o método “débito direto”. Este ano foram ativados mais 280 clientes neste tipo de pagamento.

4.3.ÁREA DA COMUNICAÇÃO

PROJETO EDUCATIVO “ÁGUA SEGURA”

O projeto “Água Segura” leva todos os anos a educação ambiental às escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Paços de Ferreira (ensino público e privado).

O projeto consiste na realização de aulas teóricas e práticas sobre o tema da água, desde a importância para o Homem e todos os seres vivos, o ciclo natural e urbano da água, até a problemas como a excessiva utilização e poluição das águas, que impõem a utilização racional da água e a instalação de sistemas para a aproveitar e tratar.

Além das ações letivas, os alunos participam num concurso interescolar de desenho sobre os “Ciclos natural e urbano da água”, onde os desenhos mais precisos, criativos e originais serão premiados.

Devido à situação pandémica que se instalou no país em março de 2020, o projeto foi adaptado à nova realidade, com aulas à distância.



Ações letivas sobre “Água é Vida”

Todas as escolas dos quatro agrupamentos, bem como os dois colégios do ensino privado, aderiram ao projeto que consiste na realização de aulas teóricas e práticas sobre o tema “Água é Vida”, incorporando uma abordagem integrada sobre o tema da água, desde a sua importância para o homem e ecossistemas, a sua origem, a poluição e as medidas de proteção dos recursos hídricos, os ciclos natural e urbano da água, o uso eficiente da água e a importância da água para a saúde.

Com a situação de pandemia e a suspensão das aulas presenciais, partes das aulas foram asseguradas por teleconferência. Houve, contudo, uma redução da carga lecionada, tendo sido abrangidos 155 alunos no total.



Exposições e concursos de desenhos sobre “Os Ciclos natural e urbano da água”

No âmbito do projeto, os alunos realizaram desenhos sobre “Os ciclos natural e urbano da água”, onde puderam evidenciar a importância do ciclo natural da água na renovação das reservas de água doce e do ciclo urbano da água na proteção da saúde e do meio ambiente.

Todos os alunos participantes no projeto educativo receberam uma garrafa de água reutilizável “Água Segura” e um diploma de participação.

Devido à situação de pandemia, não foi possível os agrupamentos realizarem a habitual exposição dos desenhos realizados pelos alunos.

PROJETO EDUCATIVO “USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA”

Enquadrado no âmbito da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, o projeto educativo “Uso Sustentável da Água” visa promover um conjunto de comportamentos assertivos, relativos ao uso da água para a promoção da saúde, proteção das reservas de água e o combate ao seu desperdício.

Os comportamentos assertivos que se pretendem promover, passam pela utilização e bom uso das redes públicas de água e de saneamento de Paços de Ferreira bem como de um conjunto de medidas adequadas de combate ao desperdício e à poluição da água que abrangem, também o uso da energia elétrica e a gestão doméstica dos resíduos sólidos urbanos (RSU). O projeto educativo consiste na realização de palestras, destinadas aos alunos do 2.º ciclo do ensino básico, sobre “O Uso Sustentável da Água”, bem como no preenchimento de fichas de avaliação, antes e após as palestras de forma a monitorizar a ação educativa. Os conteúdos são enviados aos respetivos professores responsáveis da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento no início do ano, para que os mesmos sejam trabalhados com os alunos durante o ano letivo.

Este foi o primeiro ano de implementação deste projeto. Devido às restrições impostas pela pandemia, estimamos que no ano letivo de 2019/2020 tenham participado 542 alunos.

Workshop ‘Uso Sustentável da Água’ na Profisousa

A convite do professor Jorge Diogo de Oliveira, Coordenador do Centro Qualifica da Profisousa e da ProSénior, no âmbito do projeto “Água Segura” e “Uso Sustentável da água”, a Águas de Paços de Ferreira levou a cabo, no início de março de 2020, duas ações de sensibilização sobre a importância da água e do consumo de água potável para a saúde. Cerca de 70 alunos, entre adultos e seniores, marcaram presença neste momento de partilha de conhecimentos.



Através de várias atividades, tendo como foco principal a importância da água potável e do consumo de água para a saúde, bem como a poupança deste bem essencial à vida, promoveu-se um estilo de vida mais saudável e sustentável. Os alunos puderam ainda partilhar as suas medidas de poupança e como evitam a poluição da mesma e do ambiente. Entre as dinâmicas desenvolvidas destacaram-se as experiências sobre os “Ciclos natural e urbano da Água” onde os participantes puderam perceber como funciona o movimento da água na natureza e como se processa o tratamento da água que chega às nossas

torneiras diariamente. Foi ainda entregue a cada adulto um KIT de participação com uma garrafa de água reutilizável.

A Águas de Paços de Ferreira ofereceu ainda à instituição um dispensador de água ligado à rede pública de abastecimento de água, bem como uma garrafa reutilizável a cada professor e colaborador da instituição.

CONCURSO DE POESIA “FALAR DE ÁGUA COM AMOR”

O Concurso de Poesia sob o tema «Falar de Água com Amor», realizou-se pelo 5.º ano consecutivo, abrangendo todas as escolas do 1.º ciclo do ensino básico do concelho, ensino público e privado, e contou com a participação de mais de 550 alunos. O grande vencedor foi o Alexandre Neto Ferreira, da Escola Básica de Penamaior, do 3.º ano turma A/4, e em segundo lugar ficou a aluna Inês Sousa Pereira, da Escola Básica de Penamaior, do 3.º ano turma A/4. O júri atribuiu ainda uma Menção Honrosa a Joana Rafaela Carneiro Ferreira, da Escola Básica de Paços de Ferreira, do 3.º ano, turma C.



O aluno vencedor recebeu um tablet e o segundo classificado um smartwatch. À escola do aluno vencedor foi oferecido um vídeo projetor. Todos os participantes receberam diplomas de participação. Os melhores poemas foram expostos na loja da Águas de Paços de Ferreira.

Todos os participantes receberam um Diploma de participação e uma garrafa de água reutilizável.

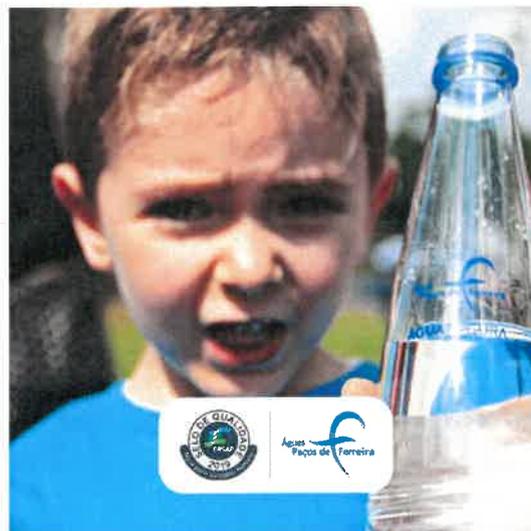
O júri do concurso mantém-se desde o início do projeto em 2015. São eles Manuela Bentes, Anabela Bastos e Sílvio Silva.

PUBLICITAÇÃO DOS RESULTADOS DA QUALIDADE DA ÁGUA

Com o objetivo de levar a informação a toda a população de Paços de Ferreira, a qualidade trimestral do controlo analítico da água foi enviada para as Juntas de Freguesia, disponibilizada no balcão de atendimento e no sítio da internet da ADPF e, também, publicitada na imprensa escrita local.

Com os resultados das análises da água, foi divulgada a atribuição à Águas de Paços de Ferreira do “Selo de Qualidade da Água para Consumo Humano” em 2019, sendo este o sexto ano consecutivo que recebeu esta distinção.

Estes selos de qualidade inserem-se nos Prémios de Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos, promovidos pelo jornal Água & Ambiente e pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).



OFERTA DE DISPENSADORES A VÁRIAS ENTIDADES LOCAIS

A Águas de Paços de Ferreira continuou a sensibilizar para o consumo de água da rede pública, recordando que a água da rede de Paços de Ferreira é segura, tendo sido distinguida novamente

com o Selo de Qualidade da ERSAR. Para o efeito, colocou dispensadores de água ligados à rede pública, com opção de água natural e água fresca, em algumas entidades locais como sendo a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, o Pavilhão Gimnodesportivo de Paços de Ferreira, a Obra Social Silvia

Cardoso, os Bombeiros de Paços de Ferreira, a Escola Secundária de Paços de Ferreira, a Escola Profissional Vértice, a Escola Básica EB2/3 de Meixomil em Paços de Ferreira e a Profisousa – Vértice. Os dispensadores, num total de 16 equipamentos oferecidos pela Águas de Paços de Ferreira a estas entidades, têm vindo a ser colocados desde maio de 2019.



Oferta de garrafas ao Grupo Desportivo Cultural e Recreativo das Escolas de Arreigada

Conscientes da importância da hidratação na prática de desporto, a Águas de Paços de Ferreira ofereceu, em setembro, ao Grupo Desportivo Cultural e Recreativo das Escolas de Arreigada, 140 garrafas reutilizáveis para os atletas utilizarem na próxima época desportiva.

Sensibilizar os mais jovens para a importância do consumo de água e para a redução do plástico descartável são os principais objetivos da concessionária com a distribuição das garrafas reutilizáveis às instituições do concelho.



Oferta de dispensadores aos Bombeiros Voluntários de Freamunde

Águas de Paços de Ferreira ofereceu dispensadores de água ligados à rede pública e garrafas reutilizáveis aos Bombeiros Voluntários de Freamunde.

Estes soldados da paz têm agora à sua disposição “Água Segura” - natural e fresca.

A entrega dos equipamentos foi feita pela Diretora-Geral da Águas de Paços de Ferreira, Arminda Silva, ao Comandante dos Bombeiros Voluntários de Freamunde, José Domingos.



CAMPANHA DE ADESÃO À FATURA ELETRÓNICA

A Águas de Paços de Ferreira passou a disponibilizar o envio das faturas em formato digital para

os Clientes que pretendam aderir a esta modalidade, em alternativa ao envio da fatura em papel. Além da redução do impacto ambiental, este novo serviço traduz-se em diversos outros benefícios para os clientes, como a maior rapidez, garantia e comodidade de receção das faturas, independentemente do local onde se encontram, bem como a maior facilidade de consulta.

A campanha de adesão iniciou-se em novembro de 2020, com a implementação das seguintes principais ações:

Distribuição de folhetos de adesão

Enviados trípticos aos clientes nas faturas de novembro e dezembro de 2020, com informação das vantagens e formas de adesão.

FATURA ELETRÓNICA
É bom para o Ambiente,
é fácil e cómodo para si!

Aderir à fatura eletrónica é somar vantagens para si, para o Ambiente, para todos.

CÓMODO E SEGURO
Receba as suas faturas diretamente no seu endereço de correio eletrónico. A fatura emitida digitalmente é totalmente segura e serve como recibo após boa cobrança.

FÁCIL E RÁPIDO
O processo de adesão é simples e rápido.

GRATUITO
Sem qualquer custo de adesão.

ECOLÓGICO
Ao receber a fatura eletrónica deixa de receber um papel, por isso contribui para a proteção do Ambiente.

Disponibilizado formulário de adesão

Foram disponibilizados formulários de adesão no site da Águas de Paços de Ferreira e, em alternativa, nos trípticos para devolução, depois de preenchido, por email ou através dos CTT, para evitar a necessidade de os clientes deslocarem-se ao balcão de atendimento.

Divulgação na imprensa local, redes sociais e site

A disponibilização da fatura eletrónica e as vantagens associadas foram também publicitadas nos dois jornais locais, no sítio da internet da Águas de Paços de Ferreira – com vários destaques na homepage, e na página do facebook da Plainwater – com breve animação promocional.

Até ao final do mês de dezembro 2020 aderiram mais de 2000 clientes

PUBLICIDADE NOS MEIOS LOCAIS

A Águas de Paços de Ferreira tem adjudicado com os meios locais, nomeadamente o jornal Imediato e a Gazeta, uma publicação quinzenal. Nesse sentido, publica em ambos um anúncio e foram vários os temas veiculados: o concurso de poesia, o novo site, débito direto, etc.

DIA DA IMPRENSA

Em 2019, e pelo quinto ano consecutivo que a Águas de Paços de Ferreira (AdPF) assinalou o Dia Mundial da Imprensa, que se comemora a 13 de abril. Habitualmente, nessa semana a AdPF disponibiliza na sua loja, para os seus clientes em espera, todos os jornais diários nacionais e locais. O objetivo é incentivar para a leitura diária dos jornais, em papel, algo que tem vindo a cair de moda ao longo dos últimos anos. Em 2020 devido à situação pandémica, foi efetuada uma comunicação nas redes sociais.



ONDA ROSA

De forma a consciencializar, colaboradores e clientes, para a problemática do Cancro da Mama, a Águas de Paços de Ferreira associa-se, pelo quinto ano consecutivo, à Onda Rosa promovida pela Liga Portuguesa Contra o Cancro. Para tal, revestiu a fachada da sua loja com um laço cor-de-rosa gigante e afixou cartazes de sensibilização da Liga no espaço de atendimento.

Ainda com o objetivo de sensibilizar e consciencializar, no dia 30 de outubro, Dia Nacional de Luta Contra o Cancro da Mama, a Águas de Paços de Ferreira ofereceu máscaras do "Outubro Rosa", da Liga Portuguesa Contra o Cancro, a todos os seus colaboradores. Fazer passar a mensagem junto de todos (mulheres, homens, famílias) foi o objetivo.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

No dia 9 de março, as colaboradoras da Águas de Paços de Ferreira foram surpreendidas com um presente especial: a pulseira da igualdade de géneros. Uma forma de lembrar que todos, homens e mulheres, são iguais e têm os mesmos direitos e deveres. Todos os anos, a AdPF assinala o Dia Internacional da Mulher junto do seu público interno feminino.



NATAL AMBIENTAL

Com o objetivo de promover um Natal com sentido ambiental e sensibilizar a população para a importância da reciclagem e da reutilização, a Águas de Paços de Ferreira voltou a lançar o desafio “Natal Ambiental” e em 2020 a instituição convidada foi a Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso. Os utentes do CAO dessa instituição lançaram mãos à obra e decoraram a loja com a temática do Natal, com trabalhos individuais respeitando todas as regras de segurança que esta pandemia exige. A decoração «Natal Ambiental» esteve patente de dezembro até dia 6 de janeiro na loja de atendimento ao público. Para evitar deslocações, as diversas imagens destes trabalhos estiveram patentes igualmente no site www.aguasdepacosferreira.pt e nas redes sociais da Plainwater. O conceito base desta iniciativa é «Um Natal com sentido ambiental», reciclar decorando, por isso podemos ver árvores de Natal, bonecos de neve, anjos, estrelas e coroas natalícias entre outros enfeites feitos com materiais reutilizados. Vamos entrar numa época de amor e de família, mas simultaneamente numa altura de gastos e de desperdícios. É, por isso, premente sensibilizar para as questões do ambiente, especialmente para um bem essencial à vida: a água. O planeta é de todos. E todos temos um papel ativo.



SITE E REDES SOCIAIS

Tendo em conta a situação pandémica mundial, a AdPF apostou num site simples e permanentemente atualizado, com destaques na homepage para situações mais urgentes na ótica do cliente.

Nas redes sociais a dinâmica foi idêntica, com reforço da comunicação através de imagens gráficas trabalhadas para sensibilizar e informar, bem como breves animações/vídeos. De referir:

Jogos e passatempos

Animações / vídeos

Sensibilização para as questões de saúde pública /regras

Sensibilização para a aposta nos meios online e telefónicos: débito direto, fatura eletrónica, comunicação de avarias, comunicação de leituras, etc.

Comunicações de encerramento do atendimento ao público, nos períodos determinados pelos Estados de Emergência, reforçando os canais digitais e telefónicos.

Formação Redes Sociais Público Interno

Foram realizadas várias sessões, em pequenos grupos respeitando as regras da DGS, junto dos colaboradores explicando as várias ações de comunicação que a AdPF desenvolve e quais os objetivos da mesma. O objetivo foi colocar todos no mesmo patamar de conhecimento estratégico em termos de comunicação. Foi ainda efetuado um reforço da mensagem /posicionamento da marca nas redes sociais da Plainwater.

li
T



4.4. AÇÕES RELEVANTES

A 09.01.2013, a Concessionária entregou em mão ao Concedente uma comunicação, nos termos e para os efeitos do previsto na cláusula 86.^a, n.º 2 do Contrato de Concessão, solicitando o início das negociações com vista à reposição do equilíbrio económico-financeiro, com os seguintes fundamentos:

- Alteração superior a 20% (vinte por cento), para mais ou para menos, dos caudais totais anuais de água abastecida aos utilizadores, em relação aos valores previstos para o ano em causa no Caso Base,
- Incumprimento grave ou reiterado pela Concedente das obrigações para si decorrentes do presente Contrato, na medida em que a Concessionária não exerça o respetivo direito de rescisão,
- Fixação pela Concedente de um tarifário diferente do que resulta da aplicação do presente Contrato,
- Modificação unilateral imposta pela Concedente das condições de desenvolvimento das atividades integradas na Concessão.

Ora, desde 2007 inclusive, verificou-se e verifica-se, todos os anos, uma alteração superior a 20% para menos dos caudais totais anuais de água abastecida aos utilizadores, em relação aos valores previstos para o ano em causa no Caso Base.

Acresce que o Município tem incumprido, de forma reiterada e grave, a obrigação prevista na cláusula 34.^a, n.º 4 do Contrato de Concessão aditado.

Para além disso, por decisão unilateral do Município verificaram-se alterações ao Tarifário resultante do Contrato de Concessão.

Pelo que, por força destes eventos a Concessionária tem direito à reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão.

De acordo com o Contrato de Concessão o equilíbrio económico-financeiro da Concessão considerar-se-á reposto quando, cumulativamente:

- a) Os valores mínimos e médio do “rácio de cobertura anual do serviço da dívida” retomem os níveis de 1,39 e 1,82, respetivamente;
- b) Os valores mínimos e médio do “rácio de cobertura da vida do empréstimo” retomem os níveis de 1,50 e 2,10, respetivamente;
- c) Seja resposta a TIR Acionista de 10,61%.

Neste contexto, através da alteração dos pressupostos ao Caso Base do Aditamento ao Contrato de Concessão, foi possível elaborar projeções e indicadores económico-financeiros para o horizonte temporal da Concessão. Estas alterações ao Caso Base do Aditamento foram o instrumento para a produção de um Caso Base de Reposição (“Caso Base Atualizado”), onde se consagrou a descrição económico-financeira atualizada do projeto (pressupostos e projeções) como o cenário que descreve a expectativa de evolução do projeto. Este caso base foi apresentado à Concedente por sucessivas vezes.

Após a troca de correspondência, a realização de algumas reuniões entre as partes e a prorrogação pela Concessionária, do prazo das negociações, finalmente em maio de 2013, o Município de Paços de Ferreira apresentou um modelo de reposição económico-financeiro que na sua perspetiva permitiria a reposição para os efeitos previstos no n.º 5 da cláusula 86.ª do contrato de concessão.

Contudo, a Concessionária considerou que o modelo apresentado pela Concedente não repunha o equilíbrio económico-financeiro da concessão, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 5 da cláusula 86.ª do contrato de concessão. Foi o que a Concessionária comunicou ao Concedente por carta de 24.05.2013, na qual concluiu ainda que:

- O período de negociações com vista à reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão de 90 dias prorrogado por mais 1 mês encontrava-se encerrado, face ao tempo decorrido;
- As partes não conseguiram chegar a acordo sobre a reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão durante esse período.

Após diversas reuniões com a Concedente entendeu o Conselho de Administração juntamente com os Acionistas da Concessionária conceder um novo prazo para negociações com início em 31 de outubro de 2014 por um período de 90 dias.

O POVT solicitou o envio de minuta de aditamento ao contrato de concessão, com a demonstração do impacto dos fundos comunitários no tarifário e parecer do ERSAR sobre o mesmo. O Conselho de Administração considerou que o processo de reequilíbrio não deve prejudicar as candidaturas apresentadas ao POVT e que, deverão ser satisfeitas as exigências feitas pelo POVT relativas à candidatura apresentada pela Águas de Paços de Ferreira. Assim, foi decidido enviar o solicitado pelo POVT, com o conhecimento da CMPF, e requerer à ERSAR o parecer respetivo.

Em 16 de Novembro de 2014 foi possível efetuar o segundo aditamento ao Contrato de Concessão de forma a cumprir as exigências do POVT e com o acordo do ERSAR.

Na mesma data foi efetuado o terceiro aditamento ao Contrato de Concessão tendo sido efetuado um reequilíbrio parcial. Este aditamento não teve o acordo do ERSAR por considerar insuficiente face ao desequilíbrio da Concessão.

De acordo com o Decreto-Lei 194/2009 de 20 de agosto, Artigo 72º, a Concessionária continuou a instruir processos de contraordenação puníveis com coima, por incumprimento por parte de munícipes, da obrigação de ligação dos sistemas prediais aos sistemas públicos. Esta medida é essencial para melhoria da adesão dos munícipes aos Sistemas Públicos de Água e Saneamento. De acordo com o previsto no n.º 4 da cláusula 34ª do Contrato de Concessão, o Município, na qualidade de Concedente, comprometeu-se a “utilizar todos os meios legais ao seu dispor nomeadamente de natureza sancionatória e/ou contraordenacional, incluindo os previstos no Regulamento dos Serviços, no sentido de assegurar o cumprimento da obrigação de ligação referida nos números 1 e 2 da presente cláusula”. Sucede que, apesar das várias solicitações da Concessionária (centenas

de processos de contraordenação instruídos e enviados pela Concessionária à Câmara Municipal de Paços de Ferreira), a verdade é que o Município nada tem feito para assegurar o cumprimento da obrigação de ligação, com influência negativa na adesão dos utilizadores aos serviços e incorrendo assim em incumprimento grave e reiterado da citada obrigação contratual.

Durante o ano de 2015 foram realizadas inúmeras reuniões entre a Concedente e a Concessionária no intuito de alcançar um reequilíbrio económico-financeiro, no termos do Contrato de Concessão.

Em dezembro de 2015 foi possível encontrar uma solução viável para o Município e aceitável para a Concessionária. Para que tal fosse possível foram aceites pelas duas partes as seguintes condições inéditas em Portugal:

- ✓ Pagamento de uma indemnização pela Concedente
- ✓ Redução da Taxa Interna de Rentabilidade do acionista
- ✓ Partilha de ganhos acima da remuneração contratualizada

A Concedente, tendo em conta o desequilíbrio existente e o interesse público, entendeu negociar o montante de indemnização evitando recorrer a tribunais.

A Concessionária, por sua parte, tendo em conta a conjuntura económica do concelho, bem como a necessidade de aumentar a procura e eliminar a utilização das captações particulares, que não satisfazem os requisitos de qualidade para o consumo humano, aceitaria reduzir a remuneração dos seus capitais através da redução do tarifário para valores inferiores à média nacional.

Com este acordo, denominado “Memorando de Entendimento”, aprovado em Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2015, foi preparado um aditamento ao Contrato de Concessão bem como um novo modelo económico-financeiro da Concessão.

A partilha de ganhos, outro dos aspetos inéditos do acordo alcançado, corresponderia na prática à partilha de ganhos em equidade entre a Concedente e a Concessionária sempre que a TIR do acionista ultrapasse os 6%, anteriormente em 10,61%. Resumidamente, sempre que a realidade seja superior ao previsto no modelo económico-financeiro, o diferencial resultante seria dividido em partes iguais entre a Concedente e a Concessionária.

No ano de 2016 foi apresentado o modelo económico-financeiro às entidades competentes, Tribunal de Contas e Fundo de Apoio Municipal, bem como à entidade reguladora do setor ERSAR para validação e aprovação.

No ano início de 2017 foi alcançado um acordo tendo em conta os vários temas referidos acima tendo sido novamente submetido ao ERSAR para emissão de parecer. Em agosto de 2017 a ERSAR emitiu um parecer negativo.

Muito embora as partes não concordarem com a análise e as conclusões contidas no parecer do ERSAR e apesar do mesmo não ser vinculativo, foram retomadas as negociações considerando as recomendações do ERSAR de forma a permitir a implementação da reposição económico-financeira da Concessão.

Durante o ano de 2018 foi enviado para o Tribunal de Contas o 4º aditamento que apresenta um novo modelo de reequilíbrio económico-financeiro com base nas recomendações do ERSAR.

Posteriormente o Município retirou o pedido de obtenção do visto prévio junto do Tribunal de Contas após ter sido questionado sobre a tempestividade desse envio.

Como não houve mais desenvolvimento durante 2019 e perante a inércia do Município em concluir o acordo de reposição, a Águas de Paços de Ferreira informou o Município que não poderia continuar a aplicar o tarifário reduzido por este ter sido aplicado no âmbito de uma reposição do equilíbrio económico e financeira que não se concretizou.

O Município respondeu que a não aplicação do tarifário reduzido seria uma violação do Contrato de Concessão, uma vez que é da sua competência aprovar o tarifário.

Perante a tomada de posição do Município, a 8 de outubro de 2019 a AdPF desencadeou, nos termos do Contrato de Concessão, um processo arbitral contra o Município relativamente ao tarifário reduzido aprovado unilateralmente pelo Município em março de 2017 e em aplicação desde maio de 2017.

5. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

5.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA

O valor do Ativo ronda os € 85 milhões, sendo a variação total face ao ano anterior reduzida, com aumentos nos inventários (reforço de stock), do aumento da dívida de terceiros em que estão registados os efeitos da imposição unilateral ao contrato e das disponibilidades.

O Capital Próprio teve um aumento de 5% devido à valorização do Derivado de Cobertura cujo impacto é registado diretamente em Capital Próprio.

A variação em Passivo não teve variação expressiva pois não houve alteração no montante do empréstimo por adesão a moratória.

	2020	2019	Variação 20/19 %
Ativo			
Ativos não Correntes	56 933 580	58 468 402	-2,63%
Inventários	111 443	89 578	24,41%
Dívidas de Terceiros	27 967 384	26 895 635	3,98%
Disponibilidades	687 867	96 330	614,07%
Total	85 700 274	85 549 945	0,18%
Capital Próprio	16 217 795	15 840 754	2,38%
Passivo	69 482 479	69 709 191	-0,33%
Passivo não Corrente	64 155 357	64 725 532	-0,88%
Passivo Corrente	5 327 122	4 983 659	6,89%
Total	85 700 274	85 549 945	0,18%

5.2. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Desde maio de 2017 com a imposição por parte da concedente de um tarifário reduzido, o valor total de vendas embora tenha aumentado, incorpora o efeito da perda do tarifário.

O valor acumulado no final de 2020 imputável à perda de faturação resultante da redução tarifária imposta pelo Município em 2017 é de 5.586.509 euros, pelo que não inclui o efeito das atualizações do tarifário. Este valor encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados Vendas e Serviços Prestados por contrapartida de Clientes.

Ano	Perda de tarifário
2017	1 087 877
2018	1 484 342
2019	1 409 368
2020	1 604 923
Total	5 586 509

Durante o exercício de 2020, o valor total das Vendas e Prestações de Serviços ascendeu a 7.257.882 euros, o que comparado com o período do ano anterior, se traduz num aumento de 7%.

O valor registado em outras tarifas num montante total de 1.637.453 euros, deve-se quase na sua totalidade ao reconhecimento da perda da faturação relativamente aos consumos que estamos a registar com a entrada do tarifário de 2017, num valor de 1.604.923 euros, conforme já vimos na tabela de cima.

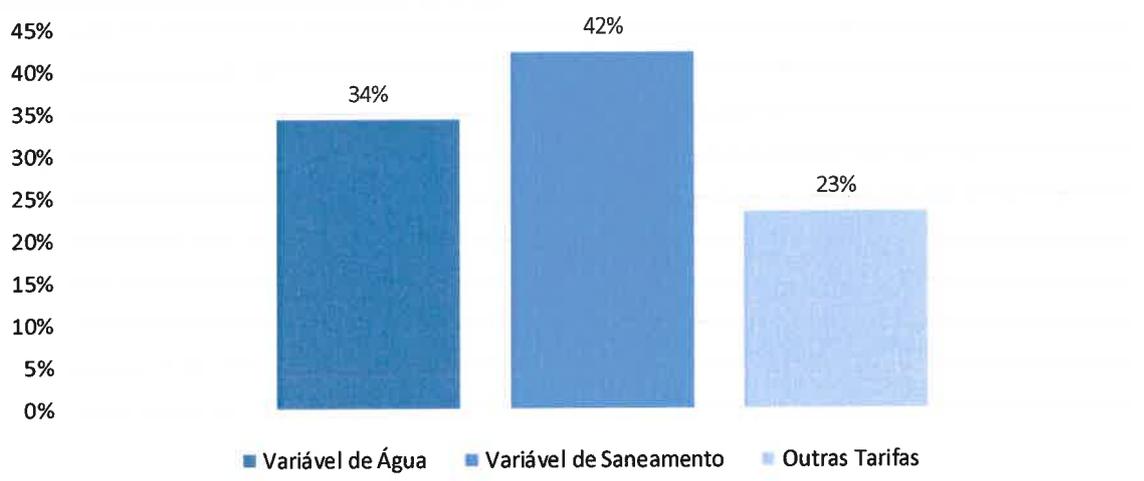


Figura 19: Vendas e Prestações de Serviços 2020

5.3.CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais ascenderam a 6.051.834 euros, representando um aumento de 4.27 % relativamente ao ano de 2019.

	2020 Euros	%	2019 Euros	%
CMVMC	989 399	16%	957 981	17%
Subcontratos	643 053		695 368	
Trabalhos especializados	519 468		521 891	
Honorários	125 573		99 953	
Comissões de cobrança de faturas	63 526		50 680	
Conservação e reparação	59 862		51 068	
Energia e combustíveis	170 219		162 601	
Rendas e alugueres	90 875		99 775	
Comunicações	15 941		16 020	
Seguros	54 430		48 559	
Contencioso e notariado	31 315		39 210	
Outros	249 628		267 693	
FSE	2 023 891	33%	2 052 819	35%
Pessoal	835 192	14%	789 158	14%
Imparidade Clientes	26 320	0%	11 995	0%
Outros Custos Operacionais	324 452	5%	309 800	5%
Subtotal	4 199 254	69%	4 121 753	71%
Amortizações e Ajustamentos	1 852 579	31%	1 682 352	29%
Total	6 051 834	100%	5 804 105	100%

6. RECURSOS HUMANOS

O quadro de pessoal da Águas de Paços de Ferreira é constituído por trabalhadores contratados e por trabalhadores em regime de requisição.

O número total de trabalhadores, à data de 31 de dezembro de 2020, era de 40 dos quais 2 em regime de requisição e 3 trabalhadores partilhados com as empresas do grupo Plainwater Serviços.

De referir que 35% tem formação superior, 17,50% ensino secundário, 47,50% ensino básico.

Recursos Humanos	2020	2019
Número de trabalhadores no final do período	40	35
Número médio de trabalhadores ao longo do período	40	35
Idade média	37	37
Antiguidade média dos trabalhadores	8	8
Gastos com pessoal	835 192,40	789 157,80
Gastos médios por trabalhador	20 879,81	19 728,95
Taxa geral de absentismo	1,05%	1,72%
Total de acidentes de trabalho	5	4
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	0,13	0,11

Neste âmbito foram, ao longo do ano, desenvolvidas formações para os vários colaboradores em duas áreas específicas:

- ✓ Eficácia Comercial;

significativamente afetar o conjunto dos seus ativos (pessoas, equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações), e, deste modo, pôr em risco os seus objetivos estratégicos. A Águas de Paços de Ferreira, S.A., e em particular o seu Conselho de Administração, dedicam grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade.

A empresa enfrenta riscos operacionais, que podem ser catalogados em riscos relacionados com a qualidade de serviço (e interrupção do serviço) e a integração/ manutenção dos ativos da concessão.

A Águas de Paços de Ferreira tem efetuado um elevado investimento no sentido de se dotar de ferramentas (tecnologia) que permitam monitorizar o serviço prestado, mantendo elevados padrões no que diz respeito à sua qualidade.

Tendo a Águas de Paços de Ferreira a responsabilidade de construção e manutenção de um volume significativo de infraestruturas, a correta identificação e manutenção dos ativos afetos à operação, torna-se crítica na gestão do dia-a-dia da empresa. Por esse motivo existe a preocupação contínua de implementação de novas ferramentas informáticas que auxiliam o controlo da sua manutenção.

9. MATÉRIAS AMBIENTAIS

No âmbito das suas atividades a Águas de Paços de Ferreira, S.A. pauta-se por cumprir as regras ambientais em vigor, assegurando a preservação do meio ambiente e a contínua melhoria da qualidade de vida das populações.

10. AÇÕES E QUOTAS PRÓPRIAS

Durante o ano de 2020 não foram adquiridas ações próprias pela Águas de Paços de Ferreira, S.A.

11. CONTRATOS CELEBRADOS ENTRE A SOCIEDADE E SEUS ADMINISTRADORES

Durante o ano de 2020 não foram celebrados contratos entre a Águas de Paços de Ferreira, S.A. e os seus administradores.

12. DIVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL

À data de 31 de dezembro de 2020 não existem dívidas em mora à Segurança Social.

13. DIVIDAS EM MORA AO ESTADO

À data de 31 de dezembro de 2020 não existem dívidas em mora ao Estado.

14. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do período e até à presente data não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem as quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras ou que, não afetando as quantias reconhecidas, tenham impacto material no futuro.

15. OBJECTIVOS PARA 2021

- Alcançar o reequilíbrio económico-financeiro da Concessão, garantindo a sua sustentabilidade económico-financeira, direito legítimo e contratualmente estabelecido;
- Continuação das campanhas de ligação de todos os alojamentos abrangidos pelas redes de água e saneamento, salvaguardando assim a defesa da saúde pública e proteção do meio ambiente do Concelho de Paços de Ferreira;
- Para tal, é essencial:
 - ✓ Cumprimento por parte dos Municípios da Obrigatoriedade de Ligação às redes de Água e Saneamento;
 - ✓ A intervenção da Concedente no sentido de assegurar o cumprimento, pelos utilizadores, da obrigação de ligação aos Sistemas. Para tal, a Concedente assumiu o compromisso contratual de utilizar todos os meios legais ao seu dispor no sentido de assegurar o cumprimento da obrigação de ligação, nomeadamente de natureza sancionatória e /ou contraordenacional;
- Esforço de boa cobrança da dívida de clientes;
- Continuação dos Projetos de engenharia em curso, nomeadamente:
 - ✓ Projetos de Redução de água não faturada;
 - ✓ Projeto de Controlo de Caudais Indevidos;
- Garantir a Qualidade, Continuidade e Eficiência dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e da recolha, tratamento e rejeição adequados das águas residuais;
- Garantir um atendimento e acompanhamento de excelência aos clientes;
- Diminuição do tempo de espera no atendimento;
- Aumentar a captação de cobranças a clientes pela modalidade de débito direto;
- Alargamento e continuidade do projeto Água Segura e Uso Sustentável da Água;
- Campanhas de adesão à fatura eletrónica;
- Adequação dos planos de formação dos colaboradores às necessidades dos mesmos e da organização, promovendo assim o desenvolvimento de competências, a sua ascensão e valorização.



16. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

16.1. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido no valor de 124.091 euros tenha a seguinte aplicação:

- ✓ Resultados Transitados: 124.091 euros.

16.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

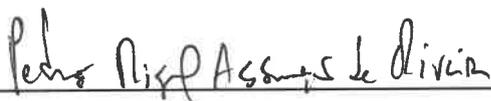
Gostaríamos de manifestar o nosso agradecimento aos Acionistas, pelo acompanhamento proporcionado através, designadamente, dos respetivos serviços de apoio, aos colaboradores pelo empenho demonstrado na persecução dos objetivos definidos pela Administração, e, por último, às entidades financeiras e aos Corpos Sociais pela forma positiva com que pautaram a sua atuação.

Paços de Ferreira, 13 de maio de 2021

O Conselho de Administração,



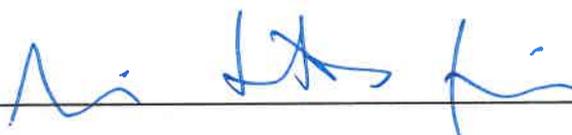
Presidente - Luis Manuel Faria de Freitas Vasconcellos



Vogal - Pedro Miguel Assunção de Oliveira



Vogal - Nuno Gonçalo Fonseca Corte da Silva Sampaio



Vogal - Miguel Paulo Rangel Santos Henriques

17. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Anexo I

Publicidade de Participações dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização na Sociedade (n.º 5 do Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

No período a que se refere o relatório, os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, não eram titulares, nem fizeram qualquer aquisição, cessação ou oneração de ações da sociedade.

Anexo II

Publicidade de Participações de Acionistas (n.º 4 do Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

Em conformidade com o referido artigo, damos publicidade que os acionistas titulares de ações nominativas representativas de pelo menos, um décimo do capital da sociedade, são:

Plainwater Serviços, SGPS, SA

Hidurbe – Serviços, SA

18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

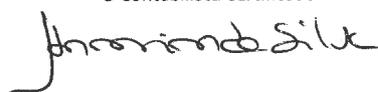
18.1. BALANÇO

Entidade: Águas de Paços de Ferreira, S.A.

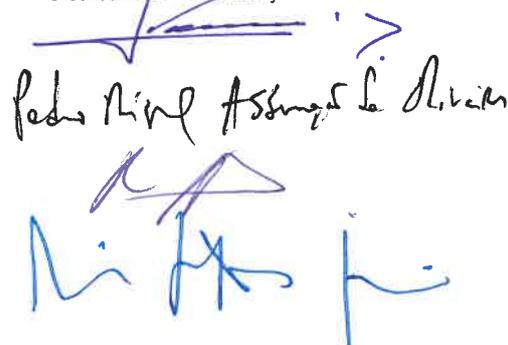
Balança Individual em 31 de Dezembro de 2020

RUBRICAS	Notas	31/12/2020	31/12/2019 reexpresso	31/12/2019	01/01/2019 reexpresso
ACTIVO					
Não corrente					
Activos fixos tangíveis	3a); 7	591 539	468 762	468 762	370 289
Activos intangíveis	3b); 6	54 579 410	55 891 095	55 891 095	57 402 533
Investimentos em curso	6	1 249 953	1 469 467	1 469 467	1 417 575
Activos por impostos diferidos	3c); 13	512 678	639 078	639 078	747 734
Total de Activos não Correntes		56 933 580	58 468 402	58 468 402	59 938 131
Corrente					
Inventários	3f); 8	111 443	89 578	89 578	81 481
Clientes	3g); 14.d	26 537 614	25 494 762	25 099 198	23 998 971
Estado e outros entes públicos	3h); 15	1 305 831	1 309 237	1 309 237	1 319 880
Outros créditos a receber	3i); 14	3 568	2 678	2 678	1 602
Diferimentos	3k); 14	120 371	88 957	88 957	7 640
Caixa e depósitos bancários	3j); 4	687 867	96 330	96 330	319 659
Total de Activos Correntes		28 766 694	27 081 543	26 685 979	25 729 234
Total do Activo		85 700 274	85 549 945	85 154 381	85 667 365
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital Próprio					
Capital subscrito	3	1 002 000	1 002 000	1 002 000	1 002 000
Outros instrumentos de capital próprio	3	3 147 991	3 147 991	3 147 991	3 147 991
Reservas legais	3	200 400	200 400	200 400	200 400
Resultados transitados	3	8 423 870	8 436 780	8 212 885	8 436 780
Ajustamentos em activos financeiros	3	-1 765 890	-2 201 269	-2 201 269	-2 575 527
Outras variações no capital próprio	16	5 085 333	5 251 939	5 251 939	5 413 943
Resultado líquido do período		124 091	2 913	-168 756	0
Total do Capital Próprio		16 217 795	15 840 754	15 445 190	15 625 587
Passivo					
Não corrente					
Financiamento Obtidos	3n); 14	14 976 573	14 976 573	14 976 573	37 473 951
Passivos por impostos diferidos	3d); 13	1 476 966	1 525 336	1 525 336	1 571 790
Outras dívidas a pagar	3n); 14	45 423 250	45 383 276	45 383 276	15 746 876
Outros passivos financeiros	14	2 278 568	2 840 347	2 840 347	3 323 261
Total do Passivo não Corrente		64 155 357	64 725 532	64 725 532	58 115 878
Corrente					
Financiamento Obtidos	14	1 364 545	1 160 964	1 160 964	1 683 398
Fornecedores	3o); 14	3 343 813	3 562 636	3 562 636	3 511 305
Estado e outros entes públicos	3h); 15	96 309	142 715	142 715	18 030
Outras dívidas a pagar	3n); 14	522 455	117 344	117 344	6 713 168
Total do Passivo Corrente		5 327 122	4 983 659	4 983 659	11 925 901
Total do Passivo		69 482 479	69 709 191	69 709 191	70 041 779
Total do Capital Próprio e Passivo		85 700 274	85 549 945	85 154 381	85 667 365

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



18.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Entidade: Águas de Paços de Ferreira, S.A.
 Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
 Período findo em 31 de Dezembro de 2020

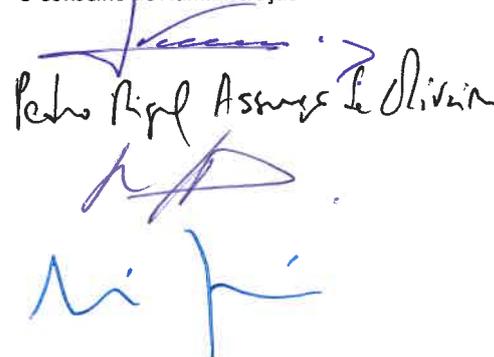
Euro

RUBRICAS	Notas	31/12/2020	31-12-2019 reexpresso	31/12/2019
RENDIMENTOS E GASTOS				
Vendas e serviços prestados	3p); 10	7 257 882	6 810 277	6 638 609
Trabalhos para a própria entidade	3q); 9	18 551	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-989 399	-957 981	-957 981
Fornecimentos e serviços externos	3r); 17.1	-2 023 891	-2 052 819	-2 052 819
Gastos com o pessoal	3t); 17.2	-835 192	-789 158	-789 158
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14 d)	-26 320	-11 995	-11 995
Outros rendimentos	3u); 17.3	305 812	349 797	349 797
Outros gastos	17.4	-324 452	-309 800	-309 800
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 382 990	3 038 321	2 866 652
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	17.5	-1 852 579	-1 682 352	-1 682 352
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 530 411	1 355 969	1 184 300
Juros e rendimentos similares obtidos	14 e)	30 674	2 270	2 270
Juros e gastos similares suportados	3s); 14 e)	-1 247 609	-1 324 883	-1 324 883
Resultado antes de impostos		313 476	33 356	-138 313
Imposto sobre o rendimento do período	3c); 13	-189 384	-30 443	-30 443
Resultado líquido do período		124 091	2 913	-168 756
Resultado por Acção Básico		0,62	0,01	-0,84

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



18.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Entidade: Águas de Paços de Ferreira, S.A.
Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2020

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio										Resultado Líquido do período	Total	
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos em Activos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	8	1.002.000	0	3.147.991	0	200.400	0	0	0	5.251.939	-2.201.269	8.212.885	2.913	15.616.859
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Alterações de políticas contabilísticas														0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														0
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis														0
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														0
Ajustamentos por impostos diferidos														-60.474
Subsídios ao investimento														-204.093
Alterações justo valor SWAP														533.339
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	9	0	0	0	0	0	0	0	0	-166.606	435.379	0	0	268.772
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	10												124.091	124.091
RESULTADO INTEGRAL	11=9+10												124.091	124.091
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														0
Realizações de prémios de emissão														0
Distribuições														0
Entradas para cobertura de perdas														0
Outras operações	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
APLICAÇÃO DE RESULTADOS														
Constituição da Reserva legal														0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.913	-2.913	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	14=8+9+10+12+13	1.002.000	0	3.147.991	0	200.400	0	0	0	5.085.333	-1.765.890	8.215.797	124.091	15.948.273

Arrendamento S.L.

Pedro Miguel Assis de Oliveira

M/D

N/D

Relatório e Contas 2020

Entidade: Águas de Paços de Ferreira, S.A. Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2019											Euro		
DESCRICÃO	Notas	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Capital Próprio			Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	Total
								Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Activos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio			
8	8	1.002.000	0	3.147.991	0	200.400	0	0	-2.575.528	5.413.943	8.233.543	-20.658	15.401.691
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Subsídios ao investimento													
Alterações justo valor SWAP													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
9	9	0	0	0	0	0	0	0	374.259	-162.004	0	0	212.256
10	10											-168.756	-168.756
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
RESULTADO INTEGRAL													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
12	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
APLICAÇÃO DE RESULTADOS													
Constituição da Reserva legal													
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados													
13	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-20.658	20.658	0
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019													
14=8+9+10+12+13													
14=8+9+10+12+13		1.002.000	0	3.147.991	0	200.400	0	0	-2.201.269	5.251.939	8.212.885	-168.756	15.445.190

foroivinda sil

Paula Mirel Astias L. Lima
K.A.
Ni

18.4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Entidade: Águas de Paços de Ferreira, S.A.
 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
 Período findo em 31 de Dezembro de 2020

EURO

RUBRICAS	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		6 486 371	5 634 937
Pagamentos a fornecedores		-4 029 107	-3 496 804
Pagamentos ao pessoal		-611 894	-589 565
Caixa gerada pelas operações		1 845 371	1 548 568
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-22 005	-6 274
Outros recebimentos/pagamentos		-165 764	-166 478
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 657 602	1 375 816
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-326 821	-294 383
Activos fixos intangíveis			-157 279
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-326 821	-451 662
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			1 630 000
		0	1 630 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			-1 683 398
Juros e gastos similares		-739 244	-1 094 085
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-739 244	-2 777 483
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		591 537	-223 328
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		96 330	319 659
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	687 867	96 330

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Pedro Jorge Assis de Oliveira

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Este anexo da Águas de Paços de Ferreira, SA foi elaborado de acordo com as disposições mencionadas no Sistema de Normalização Contabilística, nomeadamente a divulgação das bases de preparação e políticas adotadas e divulgações exigidas pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

As Notas que se seguem correspondem apenas às divulgações exigidas relativamente às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aplicáveis.

Salienta-se ainda que as Demonstrações Financeiras bem como os valores constantes neste anexo se encontram expressas em euros, arredondado de acordo com o método comum, ou seja, até 0,50 euros arredondados para baixo e acima de 0,50 euros inclusive arredondado para cima.

1. Identificação da entidade

A Águas de Paços de Ferreira, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 31 de março de 2004, com sede na Rua Dr. Leão Meireles, 94, 4590-586 Paços de Ferreira, cujo objeto social consiste na exploração e gestão em regime de concessão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento de Paços de Ferreira.

Em 30 de Junho de 2004 foi celebrado o Contrato de Concessão com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira com a duração de 35 anos.

Em novembro de 2014 devido ao processo de reestruturação do Grupo Somague Ambiente a empresa alterou a sua denominação social de AGS Paços de Ferreira - Sociedade Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento de Paços de Ferreira, S.A. para ADPF – Águas de Paços de Ferreira, SA.

A atividade principal da Águas de Paços de Ferreira, SA é o fornecimento de água para consumo e a recolha e tratamento de águas residuais. A água aduzida é de origem externa, adquirida à Águas do Douro e Paiva, SA. As águas residuais recolhidas são encaminhadas para tratamento na ETAR para que sejam tratadas antes de serem devolvidas ao meio hídrico.

Pelos serviços prestados, a empresa fatura mensalmente aos seus clientes tarifas volumétricas de água e saneamento, em função do consumo registado. A empresa presta ainda outros serviços, nomeadamente restabelecimento de serviço, reafirmação de contador, ampliações de rede, descargas de águas residuais e limpeza de fossas ou coletores particulares.

O capital social da empresa é repartido por 2 acionistas de referência:

Plainwater Serviços, SGPS, SA, com 70% do capital, com sede em Edifício Via Norte, Rua do Espido Nº 164C 2º Andar - Sala 306, Maia.

Hidurbe Serviços, SA, com 30% do capital, com sede em Edifício Via Norte, Rua do Espido Nº 164C 2º Andar - Sala 306, Maia

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Sistema de Normalização Contabilística no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo. Supletivamente foi aplicada a IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços e SIC 29 – Divulgações - Acordos de Concessão de Serviços, uma vez que a entidade concedente mantém a propriedade das infraestruturas e regulamenta os serviços ao nível do preço praticado, cabendo à Águas de Paços de Ferreira,

SA o direito da utilização das infraestruturas na prestação do serviço público de abastecimento de água e recolha e tratamento de águas residuais.

As demonstrações financeiras preparadas respeitam as características da Compreensibilidade, Relevância, Materialidade, Fiabilidade, Representação Fidedigna, Substância sobre a forma, Neutralidade, Prudência, Plenitude e Comparabilidade e proporcionam aos utentes uma imagem verdadeira e apropriada, na medida em que transmitem informação útil acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações.

Não houve derrogações das disposições das normas SNC, pelo que as Demonstrações Financeiras traduzem uma imagem verdadeira e apropriada.

2.2. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016. Da aplicação dessas normas e interpretações não tiveram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009;
- IFRIC 12 e SIC 29.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na prestação de serviços ou para uso administrativo de propriedade da empresa são reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido quando é provável que gere fluxos económicos para a empresa e quando é fiavelmente mensurado.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os contadores, por uma questão de gestão, operação, controlo e manutenção encontram-se registados em ativos fixos tangíveis.

Os gastos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo fixo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) será incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo vier a ser desreconhecido.

São igualmente reconhecidos como ativos fixos tangíveis os bens em regime locação financeira nos termos da NCRF 9.

As vidas úteis consideradas foram as seguintes:

Anos de Vida Util	2020/2019
Edifícios e Outras Construções	8-20
Equipamento Básico	
Contadores	8
Outros	7-10
Equipamento Transporte	4-10
Equipamento Administrativo	3-8
Outros Activos Fixos Tangíveis	3-8

b) Ativos intangíveis

A contabilização dos direitos da Concessionária relativamente às infraestruturas, os serviços de construção e os serviços operacionais, seguem o preconizado na IFRIC 12, NCRF 19 e SIC 29.

Foram registados em Ativos Intangíveis os gastos iniciais do arranque da concessão e gastos de reequilíbrio.

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso, o prazo máximo de vida útil será 35 anos.

Os ativos são registados ao custo de aquisição, acrescidos de gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

Por se entender que estes bens estão diretamente ligados ao desempenho da empresa as amortizações são calculadas numa base duodecimal pelo método das unidades de produção, conforme referido no ponto 1 da Nota 2.

As taxas de amortização aplicadas foram as seguintes:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Caudal Facturado (m3/ano)	784 980	820 486	885 312	919 292	1 086 975	1 242 774	1 257 639	1 217 519
Taxa de Amortização	0,95%	1,00%	1,09%	1,14%	1,37%	1,59%	1,68%	1,65%
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Caudal Facturado (m3/ano)	1 276 335	1 279 814	1 370 695	1 414 929	1 548 111	1 574 789	1 672 039	1 813 286
Taxa de Amortização	1,77%	1,83%	2,02%	2,15%	2,43%	2,53%	2,81%	3,17%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

c) Ativos e passivos por impostos diferidos e imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento é apurado tendo em consideração as disposições do CIRC (Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), sendo efetuada a distinção, entre impostos correntes e impostos diferidos, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na medida em que se considere provável a sua recuperação no futuro.

Os prejuízos gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos.

Os prejuízos gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017 podem ser reportados por um período de 5 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

d) Ativos e passivos por impostos diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Diferenças temporárias são diferenças que resultam de quantias que são dedutíveis/tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

e) Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de IRC (Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), à taxa normal de 21%, acrescida da derrama à taxa de 1,5%, resultando uma taxa de imposto agregada de 22,5%. Para Lucro Tributável entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros é aplicável a Taxa de Derrama Estadual de 3%, para lucros entre a 7.500.000 euros e 35.000.000 de euros é aplicável uma taxa de 5%. Para lucros superiores a 35.000.000 euros é aplicável uma taxa de 9%.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e um período de 6 anos em situações em que existam prejuízos fiscais ou fiscalizações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

f) Inventários

As matérias subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas foi adotado o custo médio ponderado.

g) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas ao custo líquido de imparidades.

A imparidade é determinada com base nos critérios económicos.

h) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

i) Outros créditos a receber

O valor incluído nesta rubrica corresponde essencialmente a valores ainda não faturados relativos a devedores por acréscimo de rendimentos, não tendo sido reconhecida qualquer imparidade.

j) Caixa e bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos mobilizáveis.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida – ao custo;

k) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

l) Rubricas dos capitais próprios

- Capital subscrito

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 1.002.000 Euros e encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras, sendo constituído por 200.400 de ações nominativas.

- Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (artigo 210.º do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (artigo 211.º do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (artigo 32.º do CSC).

- Reservas legais

De acordo com o artigo 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (artigo 296.º do CSC).

- Resultados Transitados

Esta conta compreende os valores da distribuição de resultados anteriores.

- Ajustamentos em ativos financeiros

Esta conta reflete ajustamentos para o justo valor de derivados de cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura.

De acordo com o n.º 2 do artigo 213.º do CSC estes Ajustamentos só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

m) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respetivos derivados são apresentados em Outros Ativos Financeiros ou Outros Passivos Financeiros.

São também reconhecidos nesta rubrica os valores respeitantes a juros de suprimentos devidos aos Acionistas e não liquidados.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

n) Outras dívidas a pagar

A empresa dispôs inicialmente de um conjunto de bens imóveis que integraram o sistema Abastecimento de Água e de Saneamento, do qual resulta o pagamento escalonado de 10.560.000€ (preços de 2006) ao longo do período da concessão à Câmara Municipal de Paços de Ferreira, valor este que é atualizado anualmente pela aplicação do fator de revisão previsto no Contrato de Concessão. As restantes contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

o) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

p) Vendas e prestação de serviços

As Vendas e Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos concedidos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviços relacionadas com a Tarifa Volumétrica de Água corresponde aos consumos de água estimados para o período em causa. Esta estimativa resulta do facto das leituras dos contadores instalados nos pontos de consumo não serem todas realizadas no último dia de cada mês, mas sim ao longo de todos os dias do mês. Esta estimativa é efetuada tendo por base o consumo médio

das duas últimas leituras, a legislação em vigor e recomendações emanadas pela Entidade Reguladora do Sector (ERSAR).

O reconhecimento do rédito da Tarifa de Disponibilidade é feito com base na faturação da tarifa e no acréscimo de dias que ficaram por faturar relativamente ao mês em causa. As restantes prestações de serviços são reconhecidas pela faturação das mesmas, que ocorre no momento da prestação.

q) Trabalhos para própria entidade

São reconhecidos todos os gastos com a construção da infraestrutura da concessão assim como os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a construção de ativos, que levem um período significativo de tempo a ficarem preparados para o fim pretendido. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início da utilização.

A fase de acabamento dos contratos de construção é determinada pela elaboração periódica de Autos de Medição de trabalhos que servem de base à faturação apresentada.

r) Fornecimento e serviços externos

São registados em FSE - Subcontratos, para além de outros, todos os custos relativos à subcontratação da construção da infraestrutura da Concessão.

s) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, e incluem:

- Juros bancários;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (SWAP);
- Juros de Suprimentos

Os gastos com empréstimos obtidos relacionados com a construção das infraestruturas da concessão são capitalizados, numa base mensal, e imputados à construção das mesmas. A capitalização destes gastos começa após o início da preparação das atividades de elaboração do ativo e é interrompida com o final da execução.

t) Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos ao custo.

u) Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos são reconhecidos ao justo valor da retribuição recebida.

3.2. Juízos de valor

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector em que a empresa opera.

3.3. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

a) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de caixa

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2020	2019
Caixa	3 133	2 827
Depósitos à ordem	684 734	93 504
Depósitos a prazo	0	0
	<u>687 867</u>	<u>96 330</u>

5. Partes relacionadas

5.1. Relacionamentos com empresas-mãe

a) Nome da empresa-mãe imediata

Plainwater Serviços, SGPS, SA

Hidurbe – Gestão de resíduos, SA

b) Nome da empresa-mãe controladora final

Plainwater, SGPS, SA

c) Nome da empresa-mãe intermédia superior seguinte que produz demonstrações financeiras disponíveis para uso público (se nem (a) ou (b) o fizerem):

Plainwater Serviços, SGPS, S.A.

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

Relativamente às remunerações do pessoal chave de gestão, foram reconhecidos os únicos benefícios existentes, de curto prazo, e que correspondem à distribuição do quadro seguinte:

	2020	2019
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	154 111	164 324
Total de benefícios pós-emprego	-	-
Total de outros benefícios de longo prazo	-	-
Total de benefícios de longo prazo	-	-
Total de benefícios por cessação de emprego	-	-
Total de pagamentos com base em acções	-	-
Total de remunerações	154 111	164 324

Foram considerados Pessoal Chave na Gestão, o Administrador, o Diretor Geral e o Diretor de Departamento.

5.3. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transacções que faz	Serviços que recebe/ Transacções que recebe
Plainwater	Cedência de Know How	Dividendos
	Financiamento	Juros
		Fee's de gestão
Hidurbe, SA	Cedência de Know How	Dividendos
	Exploração Etar	Fee's de gestão
	Financiamento	Juros
		Água
Outras partes relacionadas		
Sacyr Somague	Plano de investimentos	
	Licença software	
Águas do Marco	Prestação serviços Contabilidade	
Águas do Barcelos	Prestação serviços Contabilidade	

b) Transações e saldos pendentes

Sociedade	Ano	Vendas e	Compra	Juros	Contas	Contas
		Prestação de	de Bens e	de	a	a
		Serviços	Serviços	Empréstimos	Receber	Pagar
Plainwater Serviços, SGPS, SA	2020	6 000	232 820	239 922	0	27 493 977
	2019		240 073	230 063		25 252 254
Hidurbe, SA	2020	5 303	603 475		1 243	2 006 829
	2019		588 204			1 202 075
Sacyr Somague	2020					6 326 155
	2019		10 500			6 331 321
Águas do Marco	2020	13 313			1 353	
	2019	13 377			1 100	
Águas de Barcelos	2020	22 913	22 321		4 237	3 747
	2019	23 129	16 364		1 900	7 697

6. Ativos intangíveis

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso o prazo máximo de vida útil é 35 anos. As amortizações destes bens são calculadas numa base duodecimal pelo método das unidades de produção e o gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica gastos/reversões de depreciação e amortização.

Na assinatura do contrato de concessão a Empresa comprometeu-se a efetuar investimentos, nomeadamente, em infraestruturas de Água e Saneamento, no concelho de Paços de Ferreira. Estes investimentos no final da concessão reverterem a favor da Concedente (Município de Paços de Ferreira) sem custos nem ónus. Estes investimentos, de acordo com a IFRIC 12 e NCRF 19, são reconhecidos em rédito e gasto pelos serviços de construção e em ativo intangível pelos serviços de construção acrescido da capitalização de encargos financeiros imputáveis durante a construção.

Foram igualmente registados em Ativos Intangíveis os gastos iniciais do arranque da concessão, gastos de reequilíbrio e a retribuição à Concedente contratualizada igualmente no contrato de concessão.

	01.01.2020	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2020
Ativo Bruto						
Direito concessão - infraestruturas	58 871 397	113 757	344 135			59 329 289
Direito concessão - retribuição concedente	10 560 000					10 560 000
Outros Imob. Intangíveis	917	605				1 522
	69 432 314	114 362	344 135	0	0	69 890 811
Amortizações / Imparidade						
Direito concessão - infraestruturas	-11 254 896	-1 509 182				-12 764 078
Direito concessão - retribuição concedente	-2 285 406	-262 013				-2 547 419
Outros Imob. Intangíveis	-917	-55				-972
	-13 541 219	-1 771 250	0	0	0	-15 312 469
	55 891 095	-1 656 888	344 135	0	0	54 578 342

	01.01.2019	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2019
Ativo Bruto						
Direito concessão - infraestruturas	58 766 009	105 388				58 871 397
Direito concessão - retribuição concedente	10 560 000					10 560 000
Outros Imob. Intangíveis	917					917
	69 326 926	105 388	0	0	0	69 432 314
Amortizações / Imparidade						
Direito concessão - infraestruturas	-9 877 698	-1 377 198				-11 254 896
Direito concessão - retribuição concedente	-2 045 778	-239 628				-2 285 406
Outros Imob. Intangíveis	-917					-917
	-11 924 393	-1 616 826	0	0	0	-13 541 219
	57 402 533	-1 511 438	0	0	0	55 891 095

As variações ocorridas em Investimentos em curso apresentam-se da seguinte forma:

	01.01.2020	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2020
Ativo Bruto						
Investimento em Curso - Direito concessão	1 469 467	169 600	-389 114			1 249 953
	1 469 467	169 600	-389 114	0	0	1 249 953

	01.01.2019	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2019
Ativo Bruto						
Investimento em Curso - Direito concessão	1 417 575	51 892				1 469 467
	1 417 575	51 892	0	0	0	1 469 467

7. Ativos fixos tangíveis

As bases de mensuração e métodos de depreciação usados para determinar a quantia escriturada encontram-se descritas no ponto 3.1 alínea a).

	01.01.2020	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2020
Ativo Bruto						
Edifícios e outras Construções	283 078	3 620				286 698
Equipamento Básico	528 056	119 841	44 979	-33 402		659 473
Equipamento Transporte	238 706					238 706
Equipamento Administrativo	246 308	25 972				272 280
Outros Activos Fixos Tangíveis	89 580	10 762				100 342
	1 385 728	160 195	44 979	-33 402	0	1 557 500
Amortizações / Imparidade						
Edifícios e outras Construções	-59 358	-9 687				-69 045
Equipamento Básico	-384 332	-36 833		33 402		-387 762
Equipamento Transporte	-227 220	-1 830				-229 050
Equipamento Administrativo	-173 928	-27 032				-200 960
Outros Activos Fixos Tangíveis	-72 128	-7 361				-79 489
	-916 966	-82 743	0	33 402	0	-966 307
	468 762	77 452	44 979	0	0	591 193

	01.01.2019	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2019
Ativo Bruto						
Edifícios e outras Construções	247 978	35 100				283 078
Equipamento Básico	558 207	53 044		-83 195		528 056
Equipamento Transporte	238 706	19 062		-19 062		238 706
Equipamento Administrativo	180 311	65 996				246 308
Outros Activos Fixos Tangíveis	80 515	9 065				89 580
	1 305 717	182 267	0	-102 257	0	1 385 728
Amortizações / Imparidade						
Edifícios e outras Construções	-51 311	-8 047				-59 358
Equipamento Básico	-438 442	-29 085		83 195		-384 332
Equipamento Transporte	-217 781	-10 233		794		-227 220
Equipamento Administrativo	-163 951	-9 976				-173 928
Outros Activos Fixos Tangíveis	-63 943	-8 185				-72 128
	-935 428	-65 526	0	83 989	0	-916 966
	370 289	116 741	0	-18 268	0	468 762

8. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2020	2019
Mercadorias	10 955	9 012
Matérias Primas	100 488	80 566
	111 443	89 578

Custo das mercadorias vendidas e matérias subsidiárias consumidas:

	Inventários	Mercadorias	Matérias Primas	Total
Existências em 01-01-2019		8 116	73 365	81 481
Compras		771 374	67 019	838 393
Regularização Existências		128 021	-337	127 684
Existências em 31-12-2019		-9 012	-80 566	-89 578
	CMVMC	898 500	59 481	957 981
Existências em 01-01-2020		9 012	80 566	89 578
Compras		860 146	88 430	948 576
Regularização Existências		71 269	-8 581	62 688
Existências em 31-12-2020		-10 955	-100 488	-111 443
	CMVMC	929 472	59 926	989 399

9. Contratos de construção

A Empresa, no âmbito da prestação de serviços de construção de infraestruturas da Concessão, reconhece nas suas demonstrações, os gastos incorridos e o réditio respetivo.

Os serviços subcontratados a entidades externas são faturados com base em autos de medição pelo grau de acabamento.

10. Vendas e prestação de serviços

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos nas alíneas n) do parágrafo 3.1.

As quantias de rédito reconhecidas no período foram as seguintes:

Vendas e Prestação de Serviços	2020	2019 reexpresso	2019
Venda de Água	2 491 197	2 338 371	2 338 371
Variável de Saneamento	3 066 544	2 962 293	2 962 293
Disponibilidade de Água	0	0	0
Disponibilidade de Saneamento	0	0	0
Tarifa de Construção	12 669	18 079	18 079
Outras Tarifas	1 687 472	1 486 124	1 319 866
	<u>7 257 882</u>	<u>6 804 866</u>	<u>6 638 609</u>

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Para efeitos do contrato de concessão de Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Paços de Ferreira, a empresa prestou uma garantia bancária contratual à Câmara Municipal de Paços de Ferreira, que vigorará durante o período de concessão, 35 anos.

Ao abrigo do código das expropriações, esta empresa é obrigada por lei a prestar garantias bancárias, sempre que a constituição de servidões administrativas não sejam obtidas por acordo com os proprietários dos terrenos e seja necessário recorrer a um processo de expropriativo. Estas garantias correspondem ao valor dos encargos com a constituição da servidão administrativa, sendo quantificados por relatório do Perito Oficial, e é prestado à ordem do Tribunal de Paços de Ferreira, até à conclusão dos processos.

Para além das garantias anteriormente referidas, a empresa presta garantias bancárias aos seus fornecedores, quando os mesmos solicitam, e à Direção Geral de Impostos como garantia do reembolso de Imposto sobre o Valor Acrescentado, quando aplicável.

As garantias bancárias no final de cada exercício encontram-se descritas no quadro seguinte:

Entidade	N.º	2020	2019
Concedente			
Câmara Municipal Paços de Ferreira	125-02-0605301	1 500 000	1 500 000
Câmara Municipal Paços de Ferreira	13000000323916	1 500 000	1 500 000
		<u>3 000 000</u>	<u>3 000 000</u>
Expropriação			
Tribunal de Paços de Ferreira	125-02-1651357	28 962	28 962
Tribunal de Paços de Ferreira	125-02-1673690	2 072	2 072
		<u>31 034</u>	<u>31 034</u>
Total		<u>3 031 034</u>	<u>3 031 034</u>

12. Acontecimentos após a data do balanço

O Relatório e Contas foram aprovados pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2020 tendo sido na mesma data autorizadas para emissão as respetivas demonstrações financeiras.

Não foram recebidas informações após a data do balanço que originassem atualizações quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

Nos termos do artigo 68.º do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

Após a data de balanço importa referir o aparecimento da Pandemia covid-19 que teve impactos na atividade da empresa. Para fazer face aos constrangimentos decorrentes da situação foi elaborado um plano de contingência que visou promover a defesa e proteção dos colaboradores, garantindo a manutenção da atividade normal da empresa com o menor impacto possível para os clientes e acionistas. Esta situação naturalmente terá impactos financeiros decorrentes da perda de rendimentos da população em geral e do abrandamento da atividade económica, tendo a Águas de Paços de Ferreira promovido a adesão às medidas de apoio colocadas à disposição, nomeadamente ao disposto no DL 10J/20200. O processo de equilíbrio financeiro que se encontra em curso não está em causa, considerando o Conselho de Administração que a continuidade das operações no âmbito do contrato de concessão não estão em causa.

a) Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Em resultado de incertezas inerentes à atividade, a base dos valores estimados é a última informação disponível fiável estando as principais estimativas relacionadas com a determinação do período de vida útil dos ativos fixos tangíveis, análise de imparidade (goodwill e outros ativos), ajustamentos aos ativos e provisões e valor de mercado dos instrumentos financeiros.

A revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante. As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

O risco do crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

No presente exercício procedeu-se à reexpressão das contas de 2018 e de 2019 devido à correção dos valores estimados relativos à perda de faturação resultante da redução tarifária imposta pelo Município em 2017.

13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado nas demonstrações financeiras é apurado de acordo com o preconizado no Código do IRC. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originados no exercício ou em exercícios anteriores.

O imposto do exercício foi apurado da seguinte forma:

	Base de Imposto	
	2020	2019
Resultado líquido do exercício	313 476	-138 313
Variações patrimoniais	249 049	-153 563
Taxa de imposto sobre rendimento	22,5%	22,5%
	0	0
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais		
IRC e outros impostos que incidam sobre lucros	189 384	21 125
Multas, coimas, juros compensatórios	279	1 688
Correcções Relativas a exercicios anteriores	0	362
Indemnizações por eventos seguráveis	976	11 962
Outros	223 510	339 602
	414 149	374 738
Proveitos não tributáveis		
Excesso da estimativa para impostos	8 438	1 218
Outros	88	19 104
Benefícios Fiscais	585	0
	9 111	20 322
Lucro tributável	778 179	41 416
Taxa de imposto sobre rendimento	21,0%	21,0%
Imposto calculado	163 418	8 697
Derrama	11 673	621
Tributação autónoma	14 294	21 125
Imposto sobre o rendimento	189 384	30 443

Os impostos correntes apurados foram os seguintes:

Imposto	2020	2019
Imposto corrente	189 384	30 443
Imposto diferido	0	0
	189 384	30 443

O imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio foram os seguintes:

Imposto	2020	2019
Instrumento Financeiro - Swap	512 678	639 078

Em termos de Ativos e Passivos por Impostos Diferidos para cada período reconhecidos no Balanço os valores são:

	Contas de Balanço		Contas Demonstração de Resultados		Outras Rubricas de Capital Próprio	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	Impostos Diferidos Activos					
SWAP	512 678	639 078				108 656
	512 678	639 078	0	0	0	108 656
Impostos Diferidos Passivos						
Subsidios	1 476 966	1 525 336				-46 454
	1 476 966	1 525 336	0	0	0	-46 454

14. Ativos e passivos financeiros

As bases de mensuração utilizadas para os ativos e passivos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de ativos e passivos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do parágrafo 3.1:

- Alínea g) – Clientes
- Alínea i) – Outros créditos a receber
- Alínea j) – Caixa e Bancos
- Alínea k) – Diferimentos ativos e passivos
- Alínea m) – Financiamentos Obtidos
- Alínea n) – Outras dívidas a pagar
- Alínea o) – Fornecedores

a) Instrumentos de capital próprio mensurado ao custo

A empresa contratou um instrumento financeiro de cobertura de forma a minimizar os riscos financeiros. O risco a que a empresa está exposta é a flutuação da Taxa de Juro que advém do financiamento contratado a taxa de juro variável.

Designação	Risco Coberto	Item Coberto	Valor Nocial	Passivos	
				2020	2019
Passivos não correntes					
Swap taxa juro fixa	Taxa de Juro	Financiamento		2 278 568	2 840 347

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros	2020	2019 reexpresso	2019
Passivos não correntes			
Financiamento Obtidos	38 412 972	38 173 050	38 173 050
Empréstimo Bancário	14 976 573	14 976 573	14 976 573
Suprimentos	20 041 779	20 041 779	20 041 779
Juros Suprimentos	3 394 620	3 154 698	3 154 698
Outras contas a pagar	25 742 385	25 982 307	26 552 481
Retribuição à Concedente	12 707 666	12 736 961	12 736 961
Outros	6 648 067	6 858 694	7 428 869
Fornecedores de investimento	6 386 652	6 386 652	6 386 652
	64 155 357	64 155 357	64 725 532
Passivos Correntes			
Financiamento Obtidos	1 364 545	1 160 964	1 160 964
Fornecedores	3 343 813	3 562 636	3 562 636
Outros	1 854 681	448 830	260 059
	6 563 039	5 172 431	5 172 431

c) O detalhe dos financiamentos correntes e não correntes e respetivas condições são os indicados no quadro seguinte:

Financiamento Obtidos	2020	2019
Não correntes		
Empréstimo Bancário	14 976 573	14 976 573
Condições	Euribor 6m+1,5%	Euribor 6m+1,5%
Taxa de juro 31 de Dezembro	1,232%	1,187%
Suprimentos	20 041 779	20 041 779
Condições	Euribor 6m+1,5%	Euribor 6m+1,5%
Taxa de juro 31 de Dezembro	1,232%	1,187%
Juros decorridos	3 394 620	3 154 698
Correntes		
Empréstimo Bancário	1 364 545	1 160 964
Condições	Euribor 6m+1,5%	Euribor 6m+1,5%
Taxa de juro 31 de Dezembro	1,232%	1,187%

d) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade

Os Clientes, mensurados ao custo, decompõem-se da seguinte forma:

Clientes	2020	2019	2019
		reexpresso	
Clientes gerais	192 640	461 631	461 631
Clientes Estado	1 560 086	1 560 086	1 560 086
Clientes por acrescimo	22 860 932	21 550 793	21 155 229
Trabalhos efectuados não facturados	1 449 941	1 449 941	1 449 941
Clientes da venda	443 898	452 321	452 321
Clientes em imparidade	96 937	78 540	78 540
Clientes perdas imparidade acumuladas	-66 821	-58 550	-58 550
	<u>26 537 614</u>	<u>25 494 762</u>	<u>25 099 198</u>

O valor registado na conta “clientes da venda” representa o valor de consumos registados em dezembro de 2020, mas só faturados em janeiro de 2021.

O valor registado na conta “clientes por acrescimo” correspondem a tarifas de construção de ramais já em exploração, mas que ainda não foi efetivada a respetiva ligação.

O saldo de clientes por antiguidade apresenta-se da seguinte forma:

Ano	Montante Total	Montante Não vencido	Antiguidade						
			< 30	30<X< 60	60<X< 90	90<X<120	120<X<180	180<X<360	360<X<9999
2020	26 604 435	24 778 425	110 475	32 593	11 153	3 994	10 771	19 303	1 637 720
2019 reexpresso	25 553 312	23 847 037	3 847	44 598	7 412	5 201	6 590	16 289	1 622 337
2019	25 157 748	23 451 473	3 847	44 598	7 412	5 201	6 590	16 289	1 622 337

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Imparidade
Saldo em 01.01.2019	56 877
Reforço do ano	14 492
Utilizações	-10 323
Reversões	-2 496
Saldo em 31.12.2018	<u>58 550</u>
Reforço do ano	29 739
Utilizações	-18 049
Reversões	-3 419
Saldo em 31.12.2019	<u>66 821</u>

e) Ganhos e perdas de Financiamento

Ganhos e perdas de financiamento	2020	2019
Ganhos		
Juros bancários	0	0
Juros de mora	1 379	2 270
Outros	29 295	0
	<u>30 674</u>	<u>2 270</u>
Perdas		
Juros de financiamento obtidos	203 581	224 307
Juros de suprimentos	239 922	230 063
Juros de mora	227	6 670
Juros de derivados financeiros	739 244	804 144
Comissões e despesas com financiamento	64 635	6 428
Actualização Renda à Concedente	0	53 271
	<u>1 247 609</u>	<u>1 324 883</u>

15. Estado e outros entes públicos

O detalhe do Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos	2020	2019
Saldos a Receber		
Imposto sobre Valor Acrescentado	1 305 829	1 309 237
	<u>1 305 829</u>	<u>1 309 237</u>
Saldos a Pagar		
Retenção Imposto sobre Rendimento	6 203	5 527
Segurança Social	14 661	12 647
Taxa de Recursos Hídricos	75 442	124 542
	<u>96 307</u>	<u>142 715</u>

Encontra-se registado um valor de 1.305.829 euros nos saldos a receber, Imposto sobre o valor acrescentado que diz respeito a um processo que corre no TAF de Penafiel do que recorreremos pois é nosso entendimento ter direito a este valor.

16. Subsídios ao investimento

Os subsídios recebidos para financiamento do investimento em infraestruturas dos sistemas de água de abastecimento e águas residuais, estão registados no balanço na rubrica "Outras Variações no Capital Próprio".

Anualmente os subsídios são reconhecidos na Demonstração de Resultados, na parte proporcional à depreciação dos ativos subsidiados.

Outras variações no capital próprio	2020	2019
Subsídios ao Investimento	5 085 333	5 251 939

17. Gastos e rendimentos

17.1. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimento e Serviços Externos	2020	2019
Subcontratos	643 053	695 368
Bens Reversíveis	0	0
Trabalhos Especializados	519 468	521 891
Publicidade e Propaganda	25 206	43 375
Vigilância e Segurança	0	0
Honorários	125 573	99 953
Comissões	63 526	50 680
Conservação e Reparação	59 862	51 068
Materiais	18 949	25 664
Energia e Fluidos	170 219	162 601
Deslocações Estadas e Transporte	6 365	12 250
Rendas e Alugueres	90 875	99 775
Comunicação	15 941	16 020
Seguros	54 430	48 559
Contencioso e Notariado	31 315	39 210
Limpeza Higiene e Conforto	20 593	15 445
Outros Serviços	178 515	170 959
	<u>2 023 891</u>	<u>2 052 819</u>

17.2. Gastos com o pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos com Pessoal	2020	2019
Remunerações do Pessoal	633 635	596 401
Encargos Sobre Remunerações	136 754	131 015
Seguros e Gastos de Acção Social	42 669	27 923
Outros Gastos com Pessoal	22 134	33 819
Total de Remunerações	<u>835 192</u>	<u>789 158</u>

O número total de trabalhadores, à data de 31 de dezembro de 2020, era de 40 dos quais 2 em regime de requisição. O número total de trabalhadores, à data de 31 de dezembro de 2019, era de 36 dos quais 2 em regime de requisição.

17.3. Outros rendimentos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2020	2019
Recuperação de Gastos	71 196	92 445
Venda de energia	-152	631
Correcções relativas exercícios anteriores	88	0
Excesso de estimativa para impostos	8 438	1 218
Imputação Subsídio p/Investimento	214 976	208 458
Outros	11 266	47 045
indemnização	0	21 650
diversos	11 266	25 395
	<u>305 812</u>	<u>349 797</u>

17.4. Outros gastos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	2020	2019
Impostos	6 248	8 365
Donativos	9 085	2 643
Alienação AFT	0	10 779
Dividas Incobráveis	0	0
Correcções relativas exercícios anteriores	0	362
Quotizações	854	660
Insuficiência estimativa impostos	0	0
Indemnizações por sinistro	976	11 962
Ramais	236 318	236 318
Outros	70 971	38 710
	<u>324 452</u>	<u>309 800</u>

17.5. Gastos/Reversões de depreciação e amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Activos Fixos Tangíveis	82 452	65 526
Activos Intangíveis	1 770 127	1 616 826
	<u>1 852 579</u>	<u>1 682 352</u>

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

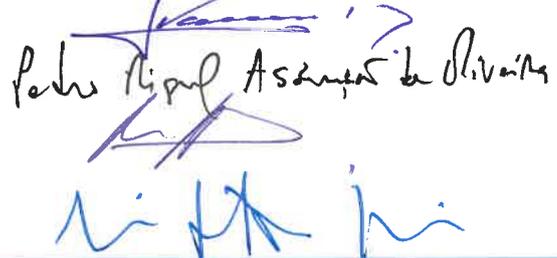
18.1. Divulgação exigida pelo nº 1 do artigo 66.º – A do Código das Sociedades Comerciais

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacte financeiro ou riscos e benefícios.

A Diretora Financeira



O Conselho de Administração



18.5. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de ADPF - Águas de Paços de Ferreira, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas e dos colaboradores da Entidade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, com duas reservas e com duas ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

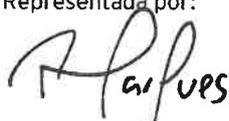
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 31 de maio de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Pedro Miguel Borges Marques (ROC nº 1801)
Registado na CMVM com o nº 20161640

Parecer do Fiscal Único

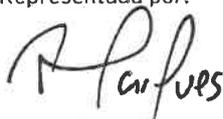
Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de ADPF - Águas de Paços de Ferreira, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2020 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2020 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2020, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis, se salvaguardadas as reservas incluídas na certificação legal das contas.

Lisboa, 31 de maio de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Pedro Miguel Borges Marques (ROC nº 1801)
Registado na CMVM com o nº 20161640

18.6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ADPF - Águas de Paços de Ferreira, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 85.700.274 euros e um total de capital próprio de 16.217.795 euros, incluindo um resultado líquido de 124.091 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ADPF - Águas de Paços de Ferreira, S.A. em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme referido na alínea m) da Nota 3 do Anexo, os financiamentos obtidos encontram-se mensurados ao custo. De acordo com a NCRF 27 - Instrumentos Financeiros deveriam ser mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efetivo. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020, o passivo financeiro e o resultado líquido do exercício encontram-se sobreavaliados em 184 milhares de Euros (274 milhares de Euros em 2019) e 90 milhares de Euros (110 milhares de Euros em 2019), respetivamente, e os resultados transitados encontram-se subavaliados em 274 milhares de Euros (384 milhares de Euros em 2019); e
2. Conforme referido na nota 14 do Anexo, encontra-se reconhecido em Outras dívidas a pagar - Retribuição à Concedente, o montante de 12.737 milhares de Euros, a liquidar pelo período remanescente da concessão. Este montante, assim como o ativo intangível correspondente, em referência ao início da concessão, não foram adequadamente atualizados, pelo que, em 31 de dezembro de 2020, o resultado líquido do exercício e os resultados transitados se encontram sobreavaliados em cerca de 29 milhares de euros (26 milhares de Euros em 2019) e 298 milhares de Euros (272 milhares de Euros em 2019), respetivamente.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Chamamos a atenção para as matérias seguintes:

1. Conforme referido no capítulo 2.5. do Relatório de Gestão, têm vindo a realizar-se negociações entre a Entidade e o Município de Paços de Ferreira com vista à reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Destas negociações resultou o 4º aditamento do Contrato de Concessão que foi colocado à apreciação do Tribunal de Contas, não sendo ainda conhecida a sua aprovação; e

2. Tal como divulgado na Nota 14 do Anexo às demonstrações financeiras, verifica-se a existência de valores a faturar referentes a Ramais, os quais ascendem a 22.499 Milhares de euros. Embora subsista incerteza quanto à tempestividade e forma de recuperação daqueles montantes acrescidos, o Conselho de Administração entende que irão ser encontradas medidas que permitam assegurar a recuperação sem perdas dos referidos saldos, assegurando-se o equilíbrio económico e financeiro da concessão, e o cumprimento das obrigações contratuais.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

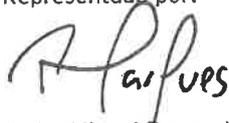
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 31 de maio de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Pedro Miguel Borges Marques (ROC nº 1801)
Registado na CMVM com o nº 20161640